

O SUICÍDIO À LUZ DA PSICOLOGIA EXISTENCIAL SARTRIANA¹

Valdenir Marcondes²

Zuleica Pretto³

Resumo: O suicídio inquieta a humanidade, seja por seus aspectos de alto grau de tensionamento seja pela curiosidade que suscita sobre as decisões da vida e o enigma da morte. Na ausência de certezas o fato apoia-se em dilemas biológicos, morais e religiosos, porém do ponto de vista fenomenológico representa uma morte que terá de ser significada pelos sobreviventes. Quiçá a aproximação e o estudo teórico sobre o suicídio permitam uma desmistificação e um desvelamento sobre um tema no qual imperam mitos e tabus e que anualmente, segundo a ONU (2015), faz milhares de óbitos nos diferentes continentes, em variadas etnias e diferentes condições sociais e econômicas. O presente trabalho teve como objetivo o estudo da contribuição da Psicologia Existencial Sartriana na compreensão do fenômeno do suicídio, especialmente no referente a articulação entre o conceito de liberdade sartriano e o suicídio; a relação entre a concepção de projeto de ser e o suicídio; e a avaliação do direito de morrer como possibilidade do ser, segundo o existencialismo sartriano. Intentou-se, assim, com o presente trabalho indagar acerca da leitura existencialista sartriana a respeito do ato de renúncia à vida, visto que o existencialismo em Sartre permite, a partir de um mergulho fenomenológico, ampliar a reflexão acerca do sujeito, sua constituição e sua ação no mundo sem fixar-se a dogmas ou essências. Nessa perspectiva teórica o sujeito é posto no centro ativo de sua história a partir de parâmetros de liberdade e escolhas. Assim, a partir dos conceitos de constituição do ser, liberdade, responsabilidade, projeto de ser e morte este artigo intentou propor uma reflexão sobre a renúncia ao ato de viver pela interrupção drástica pela via do suicídio. Utilizando a bibliografia como metodologia e como fontes de dados publicações científicas na forma de livros e dissertações, procedeu-se a categorização e à análise dos achados através do procedimento de interpretação conceitual do texto na forma definida por Laurenti e Lopes (2016). As teses encontradas foram categorizadas analiticamente em: suicídio como fenômeno da existência; constituição do sujeito sartriano e suicídio; liberdade, responsabilidade e o suicídio; suicídio e má-fé; inviabilização do futuro como (co)fator do suicídio e a questão existencial da morte. Tais achados foram cotejados com escritos de Sartre e Simone de Beauvoir que utilizavam como referentes a constituição do sujeito, liberdade, projeto de ser e morte. Este trabalho longe de pretender desvelar e resolver a complexidade do tema procurou trazer elementos de reflexão à monumental pergunta feita por Simone de Beauvoir a Sartre se a morte (no caso o suicídio) representaria uma saída que libertaria ou uma saída que suprimiria a liberdade.

Palavras-chave: Suicídio, projeto de ser, morte, liberdade, existencialismo sartriano.

1 Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. 2020.

2 Acadêmico do curso Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: valdenir.marcondes@inisol.br

3 Doutora em Psicologia. Professora Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

1 INTRODUÇÃO

A morte tradicionalmente representa um tema evitado não só pela psicologia, mas pelas ciências de modo geral e pelo senso comum, com exceção da religião. Repleta de tabus e mitos que a cercam, busca-se saber dela apenas o mínimo necessário para afastá-la ou diante de sua ocorrência, trabalhar suas consequências, geralmente, dolorosas (KOVACS, 2016; BOTEGA, 2015; ÀRIES, 2012).

Nesse contexto, o suicídio ou a morte de si próprio representa hodiernamente um paradoxo e uma afronta a todo o saber acumulado pelas ciências humanas e da saúde, resultando na maioria das vezes num sentimento de fracasso e impotência nos profissionais atuantes, nos familiares e no entorno social da pessoa extinta (BOTEGA, 2015).

Segundo Ramos (1974), entender por que algumas pessoas em determinadas condições morrem por suicídio enquanto outras não, levou à crença de desajuste do indivíduo da qual se apropriou a psiquiatria e passou a tratar os casos com foco no sujeito com intenções suicidas. A partir da associação do suicídio com transtornos mentais e sob o pálio da medicina, este passou a ser considerado um problema do âmbito da saúde. Já, Durkheim em 1897, segundo a mesma autora, veio desfazer a ideia da causa interna atribuindo ao coletivo a origem principal das causas do suicídio, aduzindo que toda sociedade ao longo de sua história produz suicídios, variando conforme os conteúdos histórico-culturais. Entretanto, para se aproximar minimamente da compreensão do fenômeno se necessita de aportes da antropologia, filosofia, medicina, sociologia e da psicologia.

Dados compilados pela Organização Mundial da Saúde, segundo Botega (2015), demonstraram que a tendência à autodestruição varia em relação à cultura, religião, condição social e etnia. Dada à relevância e a quantificação do fenômeno, o assunto passou a ser considerado tema de saúde pública pelas autoridades mundiais.

No caso do Brasil, os dados apontam 13.467 suicídios consumados no ano de 2016 enquanto a nível global chegou-se à praticamente 800 mil, envolvendo ambos os sexos em idades acima dos cinco anos, com maior índice concentrado na faixa dos 15 a 35 anos de idade. No estado de Santa Catarina há o registro em 2017 de 739 casos, dos quais 89 atribuídos à Região da Grande Florianópolis e 45 alocados no município de Florianópolis (WHO, 2019; BRASIL, 2020).

O tema recebeu atenção do Conselho Federal de Psicologia (CFP), na medida em que afeta duas questões cruciais à profissão e sempre presentes nos casos suicidas: transtorno mental e sofrimento. Embora, não necessariamente ambos existam conjuntamente. Por outro lado,

alerta o Conselho, há que se sopesar se buscar a manutenção da vida como imperativo ético e prático não conduz a uma espécie de sacralização da vida com poder de significar uma opressão à autonomia e liberdade do indivíduo (CFP, 2013).

Hodiernamente há diferentes maneiras de se referir ao suicídio conforme as razões, motivações ou procedimentos adotados. Assim, algumas denominações encontradas são: passivo: exemplificado pela drogadição; indireto: ilustrado pelo dirigir veículo perigosamente; meritório: exemplificado pelo soldado que se atira com o corpo sobre uma bomba; romântico: a recusa de viver decorre de uma frustração amorosa; filosófico, o que provém de um questionamento da vida (Botega, 2015); assistido: decorrente de uma situação orgânica ou prognóstico de saúde desfavorável (Kovacs, 2003); estrutural: mesmas motivações do suicídio filosófico (Coimbra, 2011). Segundo Marquetti (2018), a percepção do suicídio como decorrente de alguma patologia é um sentimento que predomina na sociedade moderna e que influi nas concepções populares. Nesse sentido, se configura um grande desafio do meio acadêmico-científico o de sustentar que o suicídio pode reter uma significação simbólica e cultural que nem sempre se esgota num sintoma patológico.

Interessa ao escopo do presente trabalho o ato suicida que esteja ancorado numa livre determinação do sujeito não estando atribuído a uma patologia ou transtorno mental prévio, questões sociodemográficas ou epidemiológicas. Elegeu-se a psicologia existencial como base teórica para se aproximar do estudo do fenômeno por ser uma via capaz de conduzir a uma compreensão de aspectos da vida como experiência, vivência e angústia num nível profundo da realidade ontológica, sem categorizações e condições apriorísticas.

Aqui se torna inevitável mencionar Kierkegaard, século XIX, que defendia que a essência está para a existência como a potência está para o ato, e assim inaugurou uma reflexão acerca da subjetividade do ser humano dando ênfase nas questões vivenciais ou existenciais sendo considerado o grande nome na origem do existencialismo (SBERGA, 2014). Os existencialistas têm em comum a aposta na primazia da existência sobre a essência e dentre esses pensadores se destacaram Heidegger, Sartre, Jaspers e Marcel (AMATUZZI, 2005).

Para Souza (2019), Sartre tingiu o existencialismo com cores indeléveis ao associar a existência à liberdade e esta à responsabilidade. Como não há essência que possa definir o sujeito, este o é na medida em que existe e existe na medida em que se faz. Sua essência é inventada de acordo com sua vivência e desta forma como não há uma força predefinidora também não há nada que exima os homens da responsabilidade por suas ações. Entretanto, definir o sujeito como liberdade não significa negar a vivência num mundo onde impera a falta da liberdade. A liberdade referida pelo filósofo se refere à indeterminação do ser. Assim, a

ausência de uma essência determinante e de uma totalidade faz com que haja uma abertura constante em busca de uma completude estabilizadora porém inalcançável, em vida, que em síntese conduz ao modo humano carregado de contradições e de desejos e limitado pelo campo material das possibilidades, razão pela qual a liberdade sempre acompanhará o indivíduo mesmo que esteja imerso numa guerra ou situação atroz.

Neste aspecto, importante trazer o ensino de Schneider (2006) que assevera que a individualidade resulta de um processo dialético de apropriação da objetividade, de interiorização da exterioridade e, portanto, só existe enquanto subjetividade objetivada e não como uma entidade autônoma. Dito de outra forma, o sujeito encontra-se inserido em condições materiais, antropológicas, sociológicas, existenciais concretas, e é no processo de apropriação dessas condições que constitui sua subjetividade, o indivíduo é mediado pelas coisas assim como as coisas estão mediadas pelo indivíduo.

A opção pela linha existencialista Sartriana decorre, como dito alhures, desta escola partir do pressuposto de não existir algo imanente que determine os atos humanos; de apregoar que a liberdade de escolha é constituinte do ser e compulsória ao indivíduo enquanto agente no mundo; e por esta teoria possibilitar uma reflexão que não se fixa no singular (indivíduo) ou universal (social), mas na síntese desse singular-universal de forma dialética. Desta forma, se o social influencia, mas não determina o individual e, se o indivíduo não nega a influência sofrida, mas também é ativo constituidor deste social, como entender o suicídio nesta contextualização?

Frise-se, que nas obras de Sartre e Beauvoir o tema do suicídio não mereceu uma atenção central, concentrada, se fazendo sentir mais amplamente questionamentos e reflexões sobre a existência, escolhas e liberdade. Entretanto, nas obras literárias consultadas se percebeu que o tema ronda a atmosfera dos personagens, seja em flertes rápidos, consumação ou como elemento reflexivo conforme se depreende, por exemplo, na obra *Sursis* em que o personagem Mathieu se encontra diante da difícil decisão: “[...] a sua liberdade tornar-se-ia água. O repouso. Por que não? Esse suicídio obscuro seria também um absoluto. [...] Por que não? (SARTRE, 2017, p. 259-260).

O Fato vem à tona na obra *Náusea*, onde Roquentin após refletir que nunca vivera de fato uma aventura se vê tomado pelo dilema de decidir pela continuidade da existência enquanto conteúdo e forma:” O meu canivete está em cima da mesa. Por que não? [...] Assento a mão esquerda no caderno, e mando-lhe uma boa facada à palma. Gesto muito nervoso; a lâmina escorrega, o ferimento é superficial. Está a deitar sangue (SARTRE, 2019, p. 127).

O tema aparece de maneira avassaladora à Sorbier, prisioneiro de guerra, como alternativa frente à inviabilização de qualquer outra vontade que não a dos seus algozes: “[...]”

sobe no parapeito e mira pela janela. Ganhei! Não se aproximem ou saltarei. (Os milicianos atiram-se sobre ele. Ele salta no vazio). Boa noite! (SARTRE, 1996, p. 66, tradução nossa).

Já na literatura de Simone de Beauvoir, pode-se citar como elemento indutor e reflexivo a dúvida existencial de Anne: “Não há mais amor em mim: por ninguém, por nada. [...] que me importam as longínquas galáxias e os bilhões de homens... Não tenho senão minha vida [...] e não conta mais. Já não vejo nada para fazer na terra (BEAUVOIR, 1983, p. 477).

Ressurge o tema na obra *Todos os homens são mortais*, em que o personagem cansado da longa existência tenta o suicídio: “Aproximou-se da pia e voltou com uma navalha na mão. [...] o sangue jorrou-lhe do pescoço aos borbotões [...] e o sangue corria do pescoço aberto, sujava a camisa, os lençóis, [...] todo o sangue de seu corpo fugia [...] (BEAUVOIR, 2019, p. 38).

E, na obra *A força da idade*, encontra-se o relato de como um de suicídio impactou a filósofa pelas minúcias e pelos detalhes: “[...] impressionou-me muitíssimo: um de seus alunos [...] suicidou-se pulando de um telhado. [...] Pensei muito tempo com ansiedade [...], nessa preocupação com os outros que conservara até no limiar da morte. (BEAUVOIR, 2009b, p. 170).

Assim, foi objetivo desta pesquisa investigar, de forma teórico-conceitual, de que forma a Psicologia Existencialista Sartriana aborda o suicídio perpassando pelos tópicos específicos envolvendo a análise e a articulação de concepções sobre o suicídio na perspectiva sartriana em face do conceito de liberdade sartriano; frente ao exame da relação entre a motivação e a concepção de projeto de ser; e da morte como possibilidade existencial do ser. Restando o convite a se perspectivar o tema para além da questão médico-sanitária, no sentido de arrefecer certezas acerca da existência, das relações e escolhas e mormente a partir da psicologia existencial sartriana indagar se a vida é de fato propriedade individual do sujeito ou uma obrigação imposta a este desde o nascimento?

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa de caráter teórico-conceitual foi executada em acervo bibliográfico com vista a elucidar o problema teórico apresentado como norteador da pesquisa; possui enquadre exploratório, posto que intenta proporcionar maior familiaridade com o fenômeno, e natureza qualitativa, por visar a compreensão dos fenômenos envolvidos sob aspectos não quantitativos (GIL, 2018; RAUEN, 2018). Também merece ser classificada como teórico-conceitual por intentar a investigação de teorias e conceitos psicológicos com a finalidade de

interrogar e interpelar acerca dos conceitos nucleares da teoria, significados e gramáticas, escrutinando-a frente aos diferentes contextos, no caso o suicídio (LAURENTI; LOPES, 2016) e com potencial para contribuir com o desenvolvimento das teorias psicológicas e orientação da práxis (FONTES; FALCÃO, 2015).

Assim, as fontes para composição da pesquisa foram selecionadas a partir de consultas feitas em materiais bibliográficos disponíveis em base de dados científicas e em livros, em que o tema suicídio foi submetido à análise existencial sartriana. Da busca, em estágio prévio em produções científicas com o tema suicídio e suicídio segundo a perspectiva existencialista sartriana nos sites da Scielo, BVS, Pepsic, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Riuni, retornaram vários achados que submetidos ao crivo da leitura quanto à pertinência do tema, acesso à obra completa e vernáculo, redundou na escolha singular da dissertação de autoria de Aracelly Alvarenga Galvino Alvarenga (2015): O suicídio como radicalização do ato de não mais escolher: um estudo a partir do entrelaçamento entre filosofia e literatura em Sartre.

Quanto aos livros técnico-científicos contemporâneos foram selecionadas duas publicações de Valdemar Augusto Angerami, a saber: Suicídio: uma alternativa à vida: fragmentos de psicoterapia existencial, (2017), e Suicídio e Suas Interfaces – o Ardiloso Emaranhado da Autodestruição, do ano de 2019. Desta última obra, foram selecionados os capítulos intitulados: Estreitamento das possibilidades de ser: reflexões sartrianas sobre o suicídio, de Langaro; Rodrigues; Schneider; Reflexões sobre o pensamento suicida e a psicologia existencial sartriana, de Carolina Mendes Campos; e Conversa em torno do suicídio, absurdo, desespero e fé. Interlocação com Schopenhauer, Camus, Sartre e Kierkegaard, de Luiz José Veríssimo.

Como obras de referência para análise utilizaram-se as produções de Sartre e Beauvoir: O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica (2015), O existencialismo é um humanismo (1984), Mortos sem sepultura (1996), Os Caminhos da Liberdade: Pena Suspensa (2017), A Náusea (2019), Os Mandarins (2017), Por uma moral da ambiguidade (2005), Todos os homens são mortais (2019), Uma morte suave (2020), A cerimônia do adeus (1982), A força da idade (2009b) e A força das coisas (2009), bem como leituras de outras obras ou trechos de obras remetidos pelos textos em análise, cuja indicação se encontrará referenciada ao longo deste trabalho.

Para tratamento dos achados utilizou-se como método de tratamento do material selecionado o Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT) proposto por Laurenti e Lopes (2016), que serve de método para construir interpretações e, portanto, produzir material pertinente ao desenvolvimento de pesquisas de natureza conceitual. Tal procedimento (PICT)

basicamente se operacionaliza a partir de uma leitura atenta do material a partir dos objetivos específicos, da eleição de temas e conceitos centrais aos autores e obras estudadas, prosseguindo com a busca a partir dos conceitos da existência de tese(s) acerca dos conceitos quer sejam afirmativas, contrárias ou alternativas às teses esboçadas nas obras de referência, bem como a articulação, se existente, entre as teses encontradas e, por fim, culmina com a produção de uma síntese interpretativa. Como cada texto analisado dá origem a uma síntese interpretativa, se faz necessário, portanto, articular todo o material produzido na forma de um texto final sistematizado a partir da junção das categorias encontradas.

3 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

Da leitura e análise das obras sob pesquisa, para melhor organização e apresentação da discussão, os temas foram agrupados em categorias que assim possibilitassem uma maior clareza acerca dos fenômenos envolvidos e da teoria subsumida evitando, portanto, uma dispendiosa repetição de argumentos. As categorias eleitas foram: Suicídio como fenômeno da existência; Constituição do sujeito sartriano e o suicídio; Liberdade, responsabilidade e o suicídio; Suicídio e má-fé; Inviabilização do futuro como (co)fator de suicídio e Questão existencial da morte.

3.1 SUICÍDIO COMO FENÔMENO DA EXISTÊNCIA

Entende Angerami (2017) que a problemática trazida pelo suicídio expande-se para além do mero ato da inercia biológica que a morte carrega. Desafia as pessoas que se aproximam do fenômeno seja pelo aspecto destrutivo do corpo ou das relações, seja por indagações filosóficas e pragmáticas da incompatibilidade da continuação da vida colocando em evidência não somente a extinção de um ser em particular, mas prenunciado o destino da espécie toda. Indene de dúvidas acha-se a limitação da compreensão humana para abarcar determinados fenômenos e dentre estes o suicídio demonstra que sequer a essência desta destrutividade pode ser apreendida pelas percepções e cognições humanas. Embora não se possa negar que por vezes é possível uma aproximação e uma compreensão racional de casos isolados de suicídio, isto não é autorizativo de generalização a não ser ao arripio do crivo científico.

Para Alvarenga (2015), discorrer sobre o suicídio é discorrer sobre a vida face à indissociabilidade da morte e da vida. Já que a morte além de uma certeza biológica é constitutiva do próprio sujeito na medida em que o existir fomenta escolhas e historicidade. Do

ponto de vista fenomenológico, o suicídio só é suicídio quando apreendido como tal, ou seja, é necessária uma consciência para apreendê-lo, doutra forma será apenas uma morte. Só o homem pode se suicidar, pois só para ele é que sua vida está em questão e dela pode dispor num total e radical ato de liberdade. Assim, quando se escolhe o suicídio a mensagem deixada é que o mundo e os semelhantes não têm valor ou os têm em menor conta, pois foram preteridos à morte. Já, ao afirmar o valor do suicídio como prática humana válida, afirma-se o valor do retirar-se do mundo apontando também para uma denúncia das condições que possibilitaram tal decisão.

Angerami (2017) deduz três vertentes ao tema: a vertente clínica, a teórica e a filosófica. Cabendo ao campo clínico a atuação no sentido de desconstituir do sujeito o intento suicida através de um auxílio e empenho do profissional que por vezes se assemelha à obsessão, nutrida tanto pelo temor do fenômeno em si, como das consequências legais que dele decorrem. Cabendo as outras duas vertentes a busca do entendimento do fenômeno. Importante também pontuar que é na área da clínica que repousa a controvérsia acerca da avaliação psicológica e a classificação de determinada pessoa conforme gradação de potencialidade suicida, a este sentido: “a caracterização do paciente pelas entidades nosológicas e a caracterização da personalidade em nada ajudam o terapeuta diante de uma condição real de sofrimento frente a uma existência encarquilhada pela dor” (ANGERAMI, 2017, p. 24).

Cabe registrar que os fenômenos descritos pelo autor (sofrimento e dor) podem não necessariamente estar presentes ou manifestos por ocasião das decisões de retirada da vida, posto que, conforme anunciado por Jamison (1999), a associação do suicídio com patologias variam entre 90 a 95% dos casos, a faixa de 5 a 10%, portanto, não externalizam queixas ou sintomatologia. Essa situação é também bem ilustrada no trabalho de Mello (2000) acerca do suicídio em idosos onde após o comparecimento espontâneo de uma pessoa, munida de um filantropismo científico em participar da pesquisa (“ajudar aqueles que possuíssem ideias suicidas”), sem apresentar alteração de ânimo, transtorno de personalidade ou algum indicativo de qualquer distúrbio de comportamento, ao largo de três dias da entrevista suicidou-se.

Ainda no tocante a uma categorização apriorística a partir de aspectos vivenciais ou comportamentais ligando diretamente fatos externos ao resultado da morte, Angerami (2017) declara que isto representa um reducionismo teórico sem o menor grau de relação com a realidade do fenômeno. Embora a casuística médica associe algumas patologias ao suicídio e dados sociodemográficos como etnia, gênero e condições econômicas coloquem em relevo um maior número de casos verificados em certas populações e extratos sociais, a estigmatização

não se encontra autorizada posto que reduziria o ser humano a um mero autômato respondente mecânico da condição étnica, racial, biológica, cultural, social.

Sublinhe-se que sequer um campo de conhecimento é suficiente amplo para entender o fenômeno, nesse sentido reforça Nagafuchi (2018, p.171):

[...] pesquisas sobre suicídio devem manter constante diálogo com as diversas áreas de conhecimento, que vão das ciências da saúde, como medicina e psicologia, as ciências humanas como sociologia e antropologia, para que a questão não seja entendida apenas como um fenômeno epistemologicamente hermético [...]

Ainda sobre a produção de dados, Langaro, Rodrigues e Schneider (2019) apontam a importância de dados epidemiológicos como orientadores de ações e de políticas, mas que, entretanto, descrevem fatores universais que se fazem presentes no fenômeno e remetem a uma visão reducionista por não possuírem um enfoque histórico, social e individual.

Desta forma observa-se que há uma congruência entre o esposado por Angerami (2017) e Langaro, Rodrigues e Schneider (2019) com a analítica de Hillmann (1993), no ponto em que este afirma que dados e informações do suicídio por mais importantes e relevantes que sejam, permitem apenas observar o lado de fora do fenômeno, o lado subjetivo e pessoal do fenômeno que acomete o ser em sua singularidade permanece intacto.

Ainda no campo da clínica, Campos (2019) afirma que dados e experiência clínica permitem concluir que nem todo deprimido é um suicida, nem todo pensamento suicida conduz à sua execução e nem todo suicida está com algum transtorno mental, não raro são situações em que o suicídio não significa um desejo de morte, mas antes uma forma de sanar uma dor que na totalização daquele sujeito tornou-se a ele insuportável.

Sobre este tema discorre Veríssimo (2019) afirmando que a angústia surge como uma síntese decorrente de pares antagônicos como ser e o não ser, finito e infinito, dor e esperança. Por conseguinte, entender e aceitar o processo de angústia pode eliminar barganhas com a vida ou com a morte. Refere o autor supracitado que o suicídio não se apresenta como uma negação do desejo de viver, mas se sim como busca pelo fim de um sofrimento, da dor, da tristeza, já que somos constituídos como vontade e apresentados como uma sucessão insaciável de desejos, de satisfações e necessidades. Desta forma sob a máscara do querer aniquilar a própria vida, encontrar-se-ia um desejo de viver uma condição diferente, uma frustração por não estar conseguindo obter da existência a satisfação do seu querer viver particular.

É interessante referir que a concepção apresentada por Veríssimo tem congruência com o pensamento de Camus (2019) quando este afirma que ao matar-se se confessa a superação e

derrocada pelos eventos externalizados pela vida ou atesta-se a incompreensão e incompatibilidade destes com o ser que se mata.

Em Langaro, Rodrigues e Schneider (2019), encontramos que em se tratando de suicídio, tanto a tentativa quanto sua consumação são precedidas de ideias que conduzem do planejamento à execução. Desta forma, denota-se claramente o papel ativo no duplo sentido, tanto no de executor, quanto na intelecção do plano. Ao passo que o binômio suicídio revolta é enfatizado por Angerami (2017), uma vez que o suicídio é uma forma de rebelião e subversão, pois o resultado de um suicídio notoriamente é o sentimento de culpa e remorso deixado aos sobreviventes, que a depender do grau de envolvimento e dos elementos de defesa e superação particulares, terão a companhia de um monólogo surdo e silencioso, por longo tempo senão pelo resto de suas vidas.

Ao denunciar com sua morte o modelo de vida ao qual estava aderido, alega Angerami (2017) que o suicida fala de um modo de vida e de mundo que *in casu* não produziu outra coisa senão a contração abrupta do tempo de vida e a renúncia aos desejos e projetos. Ressalta, porém, o psicólogo, que devido às características da sociedade atual com a generalização, disseminação e dessensibilização da violência, o caráter agudo de excepcionalidade do suicídio encontra-se diminuído de força impactante, salvo para aqueles que mais proximamente se relacionavam com a vítima. Prossegue afirmando que o suicida é alguém que crê estar no controle de uma escolha, que assume ser somente sua, e que tal escolha se origina da ponderação de que continuar a viver é mais degradante do que o fim abreviado da vida. A respeito desta maneira de pensar, reflete o autor que o ensinamento de onde proveio tal assertiva e tal convicção de que a morte se configura uma saída é originária de práticas de violências sociais que ao ensinarem a matar ensinam a morrer. Relatando que a maior ameaça à vida do indivíduo é o próprio sujeito e que seu projeto de vida esconde um projeto de morte.

Este último aspecto parece requerer uma leitura reflexiva posto que a posição do ensino da morte e do morrer, embora não colida integralmente com os registros históricos, mitiga-os ao não levar em conta que em todas as épocas, tribos e raças, em momentos de guerra ou de paz o suicídio sempre foi algo presente e não meramente um produto da sociedade hodierna que com sua dinâmica de conflitos fez e faz, indubitavelmente, crescer o fenômeno. Também sobre o aspecto de que um projeto de vida oculta um projeto de morte não merece uma leitura açodada, visto que o projeto de vida é o que impulsiona o indivíduo ao prosseguimento de seus dias rumo a uma meta futura. Por seguro que a determinado dia e hora o ser há de encontrar-se com a morte, mas como diz Sartre isto corresponde à facticidade da vida e não pode ser tributado a um projeto de vida, posto que se assim o fosse poder-se-ia imaginar que um

determinado projeto de vida escaparia ileso ao encontro da morte, o que se atestaria incongruente com a existência humana.

Refletindo sobre a condição humana, propõe Angerami (2017), a partir de Sartre, que o sujeito passa a existir a partir de suas ações e desta forma, não há como isentar de responsabilidade consciente e real na participação da destruição da vida pela participação ou omissão, ante um modelo social repleto de práticas injustas, tiranas e despóticas. Assim, a morte poderia representar a melhor alternativa ou a saída minimamente humana e dignificada de um ser que não encontra nada além de si e do caos.

Afirma Angerami (2017), à página 34, que:

o suicida é o homem que é capaz de se defender de concepções de vida aniquiladoras, mas estas concepções viram suas acusadoras, é um homem preparado de antemão, para terminar como termina. O homem que se mata o faz porque está previamente e constantemente estimulado a adotar este comportamento autodestrutivo.

Uma leitura cuidadosa deve ser lançada aqui na parte que presume uma constância de comportamento como se houvesse uma incorporação de ações que conduziriam a uma essência petrificada na maneira de agir do sujeito e que o levasse inexoravelmente ao ato fatal. Ao dizer que ele, o sujeito, está preparado de antemão ao fim preparado, em uma leitura superficial pode sugerir uma conotação de destinação que, poderia indicar uma espécie de determinismo lógico ao qual se opõe Sartre.

Nesse aspecto, interessante lembrar segundo Monteiro (2016), que Sartre foi herdeiro de Kierkegaard reforçando e reafirmando que não existe qualquer predeterminação em relação ao sujeito, e que este sempre tem diante de si várias opções possíveis, razão pela qual não se pode fazer qualquer afirmativa sobre o sujeito, porque se define a cada instante perante si mesmo.

Importante dizer que na teoria da formação do ego, Sartre (2013) discorre sobre a consciência irrefletida como suporte para a consciência de um Eu, e que a partir desta consciência o resultado de articulações de estados, ações e qualidades sejam tomados como objetos de reflexão e permitam a constituição e identificação de modos característicos de agir ou ser, ie. formação de um ego/eu/personalidade. Este ego, todavia, é algo transcendente à consciência reflexiva, que por sua vez é autônoma e nadificante, pois segundo o filósofo francês, a consciência é prévia ao ego e não conteúdo deste.

Assim, atribuir a determinado padrão de comportamento um finalismo ou uma irrevogabilidade de conduta, equivale a ferir a premissa de que a consciência é algo vazio, que se faz e refaz continuamente no mundo da ação bem como implicaria em entender a espiral

dialética Sartre (1963), como um círculo hermético e concêntrico e não como algo composto de diferentes níveis e passível de superação.

Oportuno mencionar Schneider (2011), para a qual a personalidade é resultante de uma apropriação dos processos de mediação materiais e sociais. Entre a materialidade e o conjunto sociológico o sujeito vai definindo sua personalidade por meio de apropriações das condições dispostas e das escolhas dentre as possibilidades, culminando num conjunto de ações, emoções, pensamentos que fornecem e favorecem substrato para procederem futuros.

Destarte, dotar de caráter determinante a personalidade do ser invalidaria o postulado da liberdade tão caro ao existencialismo Sartriano, que confere à personalidade o resultado da objetivação no mundo, a partir das relações concretas e não algo concreto e preexistente que irradiaria de si mesma os desejos, habilidades e ações do indivíduo no mundo (SARTRE, 2013).

Lembra, ainda, o filósofo francês que determinada maneira de viver ou proceder são resultados de estados, ações e facultativamente qualidades, cuja totalização leva ao ego e este a uma repetição de proceder que pode resultar num comportamento habitual do caráter. Entretanto, seu ensinamento a respeito dos hábitos e do caráter não exime o sujeito da imputabilidade pela ação, conforme excerto:

Com efeito, a livre perseverança em um único projeto não subentende permanência alguma; muito ao contrário, é uma perpétua renovação de meu comprometimento [...]. Todavia, é preciso observar que esta permanência do passado, dos arredores e do caráter não ostenta qualidades dadas; estas se revelam nas coisas somente em correlação com a continuidade de meu projeto. (SARTRE, 2015, p. 675/76).

Assim, para Sartre (2015) o caráter constitui aquilo que o Para-si tenta recuperar para converter-se no Em-si-Para-si que projeta ser.

Desta forma a leitura que deve ser emprestada à frase suscitada parece que melhor coaduna se for tomada no sentido de que, embora habituado a determinado padrão de comportamento (repetição ou cristalização de comportamento por meio de sua personalidade), este padrão possibilita a encarar e vivenciar o mundo e a vida de uma maneira que, sem dúvida, contribui para o resultado final do suicídio. Entretanto, essa não é terminativa ou definitiva no sentido de fechar-lhe a porta das possibilidades de sempre poder escolher outro desfecho para suas ações, posto que mesmo quando imbuído de má-fé, tida como uma espécie de mentira e engano a si próprio para deixar de exercer a angustiante liberdade de escolha, esta não lhe suprime a liberdade (ALVARENGA, 2015; SCHNEIDER, et al., 2020, no prelo).

Angerami (2017) pontua que o suicídio é considerado um ato violento mesmo quando acontece sem sinal de violências, a violência aqui entendida como a abrupta interrupção da vida e as consequências nefastas deixadas como legado aos sobreviventes. Aduz que a vida é um

emaranhado de sofrimentos e agruras existenciais e que tal fato implica na assunção de uma responsabilidade pelas construções dos ideais de vida, posto que o sentido atribuído à vida é o que a faz tangível e racional, desta forma entende que a autodestruição é uma manifestação humana, desde que assumida pela condição de liberdade e da responsabilidade.

No campo das especulações, aduz o citado autor que a pessoa que busca o suicídio não possui, muitas vezes, uma noção esclarecida do conceito de morte e extinção, baseando-se em credences religiosas e populares que a remetem a um projeto de futuro fantasioso como a continuidade da vida sob outra forma ou dimensão.

Também atribui a um estado de obnubilação a incapacidade de buscar alternativas ao ato fatídico em que a morte surgiria como consequência e não por busca deliberada:

É fato, que sempre existem inúmeras alternativas, diante de situações de sofrimento, que possam estar incidindo sobre uma determinada vida. Ocorre que existe uma total obnubilação da consciência, que impede que sejam buscadas alternativas que não a própria morte (ANGERAMI, 2017, p.35).

Aqui, novamente, há que se entender com certa relatividade a posição descrita, mormente quanto à predita obnubilação da consciência da pessoa que morre por suicídio, posto que talvez este seja o caso dos suicídios decorrentes de patologias e transtornos, mas que não implicam na totalidade dos suicídios e nem numa espécie de condição *sine qua non* para o ato, como pode ser vislumbrado, por exemplo, no suicídio heroico em que sobressai a honra e a memória como projeto de vida ou mesmo do suicídio filosófico ou racional em que tal rebaixamento das atividades conscientes parecem não estar configurados.

3.2 CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO SARTRIANO E O SUICÍDIO

Como dito alhures, para Sartre (2015) determinadas formas de vivência passam a constituir os hábitos, caráter e personalidade, sendo que tais modos de vida são resultados de estados, ações e facultativamente qualidades, cuja totalização leva ao ego e este a uma repetição de proceder que recebe a identificação de caráter.

Para Sartre o sujeito está naquilo que ele mesmo faz, e o que faz de si é inseparável do que é feito dele. Entender como as condições externas quando incorporadas por um sujeito específico atuam como determinantes da subjetividade e compreender como se pode passar da interiorização subjetiva à exteriorização dessas condições, permite compreender tanto o determinado e o determinante e suas ações recíprocas num movimento de duplo sentido (SILVA, 2013).

Na dialética sartriana de constituição do sujeito Sartre não admite as causas inconscientes dos fatos psíquicos, para ele tudo está na consciência (consciência intencional e ego transcendente), então, é necessário refletir acerca da participação e assunção do indivíduo na significação dos fatos, fenômenos e sentimentos constituintes. Para ele, o indivíduo se caracteriza antes de tudo pela superação de determinada situação, que se origina da incompletude do para-si e o impulsiona a utilizar como força motriz o ato de fazer algo com aquilo que dele foi feito, logo o sujeito possui um papel ativo e participativo na sua formação (MONTEIRO, 2016).

Por mais reduzido que seja o campo de possibilidades dispostos, este existe e permite ao indivíduo que se objective, escolhendo e realizando uma dentre as possibilidades possíveis e desta maneira contribua para fazer a história com todas as suas contradições. Ao assim realizar, o sujeito não escolhe somente para si, mas também para o outro na medida em que está a reforçar determinado modelo de mundo e existência, o que leva por corolário a dizer que sua atuação, mesmo a despeito de sua limitação, engendra e influi no curso dos acontecimentos (SARTRE, 1963).

Desta forma é possível afirmar que o singular somente existe na medida em que resulta de uma particularização do universal e em sentido contrário o universal somente existe na medida que retira do singular sua validade. Daí a afirmativa do filósofo francês que o homem não mereceria o epíteto de indivíduo, mas sim de universal-singular (SARTRE, 1981).

A dialética proposta por Sartre (1963) não ignora a necessidade de repensar o engajamento para uma estruturação da sociedade que possibilite ao ser humano a dignidade necessária para viver e fazer escolhas apropriadas. Segundo o existencialista, o campo de possibilidades do sujeito está inserido dentro de suas condições materiais de existência e está estreitamente ligado à sua realidade social e histórica. Assim as diversas possibilidades do movimento de subjetivação e objetivação da realidade do meio circundante refere-se ao movimento de apropriação, interiorização e compreensão do meio em que o sujeito está inserido, e à consequente objetivação como uma devolução ao mundo daquilo que foi anteriormente apropriado.

A superação e a indefinição conferida pela liberdade, segundo Sartre (1963), deve levar em conta as condições fáticas a que se está submetido, uma vez que não se pode fugir da relação da existência dos possíveis. Não há, pois, que negar que o indivíduo é o produto de seu produto e que as estruturas da sociedade criadas e reforçadas pelos próprios atos humanos definem para cada um que seja uma situação objetiva. Entretanto, tais definições deverão ser submetidas à apropriação ou transformação tornando-se alvo de superação pela prática do viver humano:

Meu nascimento, na medida que condiciona o modo como os objetos são revelados a mim ; [...] minha raça, na medida que é indicada pela atitude do Outro frente a mim (revela-se depreciativa ou apreciativa, confiável ou não); [...] minha classe [...] meu caráter; meu passado; [...] tudo isso, na medida em que é por mim transcendido na unidade sintética de meu ser-no-mundo, é meu corpo, como condição necessária da existência de um mundo e como realização contingente desta condição (SARTRE, 2015, p.414).

No interregno que vai do nascimento à morte a existência possui fatores constitutivos bem delimitados e um desses diz respeito à existência do outro ser humano como ator necessário e constituinte do ser, e é através dele que se forma e individualiza a identidade pela diferenciação com o outro, e desse relacionamento intersubjetivo surge com suas inumeráveis possibilidades a constituição do mundo e do ser (SARTRE, 1984).

O olhar do outro coloca o indivíduo numa situação de passividade, logo, uma relação desconfortável, porém indispensável, pois somente se apreende objetivamente a si próprio a partir do conhecimento refletido por este olhar, embora esta visada seja algo que restrinja a liberdade ao transformar o visado em uma coisa, essência bruta ou objeto. Assim como Sísifo fora condenado a não atingir a completude, a existência humana vista pelo pensamento sartriano, também carece de um êxito, estabilidade ou sossego, posto que sempre intotalizada: o para si nadificado em seu ser utiliza-se da liberdade para constituir-se naquilo que é o que não é e não é o que é (SARTRE, 2015).

No ensinamento de Schneider (2011) a condição humana tem que ser entendida como a indissociabilidade entre o corpo e a consciência. O corpo como uma coisa, é em-si; a consciência como o para-si. O sujeito é, assim, a totalização contínua e inacabável do em-si-para-si, essa totalização irá definir os contornos do eu ou da personalidade. O outro assim se faz mediador necessário entre mim e mim mesmo. A descoberta da individualidade revela-se tanto a mim quanto ao outro e desta forma o outro surge como um limitante aos meus possíveis, pois embora possa objetificá-lo, há algo que escapa desta relação.

A consciência para Sartre consiste pois em ser consciência do mundo, o indivíduo é consciência o tempo todo e sempre em relação a algo. Ao ser que é objeto da consciência e que tem sua própria essência, é chamado de “em-si”, pois este ser é o que é. Sartre chamou de “para-si” o ser relacional que a partir da diferenciação entre a consciência e as coisas vai se tornando algo que ele não é. Sem uma essência a priori o “para-si” tem que estabelecer significados para o mundo e para ele mesmo, sendo um ser-no-mundo que se anuncia perante os objetos, mostrando aquilo que não é (SARTRE, 2015).

À medida que o sujeito vai em seu existir se apropriando do que lhe é disposto (coisas e saberes), elas passam a ser formadoras e definidoras da subjetividade. A apropriação ocorre de maneira singular conforme aspectos da história pessoal, mediações sociológicas e projeto de

ser. Assim, cada sujeito é um singular/universal, o que quer dizer que além da singularidade também é o fruto de seu tempo, das relações sociais que compõem o universal (SCHNEIDER, 2011).

O Outro pode fazer advir sentimentos de inadequação, pois possibilita a captação de todas as estruturas do ser por refletir algo refletido. Assim, ao sentir vergonha do corpo, por exemplo, diante do olhar reprovador do outro, possivelmente a vergonha já pertencia ao próprio olhar. E mesmo diante do olhar que confere honra, a angústia pode advir da constatação da necessidade da aprovação do outro, já que além de ser um ser-no-mundo sou um ser-para-outro (MONTEIRO, 2016).

Sartre afirma que o outro aparece a mim como objeto à minha consciência e que eu sou aquele que constitui o outro no campo de sua experiência, bem como advoga que quando eu escolho, o faço por todos os homens. Isso faz o Para-si entrar em permanente conflito com outras formas de ser, ratificando o dito de cunho literário do próprio Sartre de que o inferno são os outros, pois que: “no fim das contas, tudo está fora, tudo, inclusive nós mesmos: fora no mundo, entre os demais. Não é em nenhum retiro que nos descobriremos senão no caminho, na cidade, na multidão, como coisas entre coisas, homem entre homens” (SARTRE, 1960, p. 28, tradução nossa).

A visão sartriana, para Langaro, Rodrigues e Schneider (2019), utiliza o método dialético universal-singular por permitir uma reflexão sobre determinantes sociais e concomitantemente sobre aspectos particulares de quem vivencia o fenômeno. Assim, o sujeito ao mesmo tempo que é totalizado pela sociedade reproduz nesta sua singularidade, tornando possível o entendimento do individual a partir do contexto de determinada época e a época a partir das experiências concretas dos sujeitos e grupos em seu interior. Desta forma, prosseguem as autoras, a personalização é compreendida como processo constante e contínuo de totalização, destotalização e retotalização o que torna inegável a influência da cultura e do entorno sobre o indivíduo com seus valores e possibilidades, bem como também inegável, em sentido contrário, a participação deste sujeito na construção social.

Assim, ao contrário da visão sociológica durkheimiana que entende o suicídio como fenômeno de origem social com afastamento de questões como hereditariedade, questões raciais, estando afeto somente a questão da integração e regulação que envolve o par indivíduo-sociedade, a singularização resultante da dialeticidade universal-singular não permite desprezar ou isentar o componente individual de participação ativa no suicídio (LANGARO; RODRIGUES; SCHNEIDER, 2019).

Entretanto, as pesquisadoras citadas não deixam despido de razão o sociólogo francês ao avaliar que os saberes calcados numa subjetividade independente da interação social não têm força suficiente para sustentar um estudo sobre o suicídio. A realidade dos fatos sociais são fenômenos vividos na experiência singular do indivíduo e desta forma estão presentes na esfera de influência acerca de um dado campo de possibilidades: “[...] implica no enredamento de uma personalidade na totalização do ser do sujeito, que se encontra sempre incrustado em contextos psicossociais específicos” (LANGARO; RODRIGUES; SCHNEIDER, 2019, p.377).

O existencialismo sartriano permite a reflexão sobre um sujeito que é fruto de uma história e de uma sociedade, de um contexto objetivo e material, e deste contexto que é influenciado pelas ações destes homens, ressaltando a importância do conhecimento como instância potencialmente emancipadora. O indivíduo pode vir a ser o que é e fazer-se sob condições materiais e sociais, seja atuando para incorporá-las afirmativa ou negativamente em seu projeto de vida. Portanto não se faz apenas apesar das ditas condições, mas também em razão delas, pois como é um nada estas situações lhe permitem a determinação de contornos de finitude. É necessário o seu encontro com o mundo, com as objetivações culturais de seus antepassados para que a liberdade ontológica ache base para se constituir na pessoa (ALVARENGA, 2015).

Desta forma, a compreensão do sujeito implica na leitura da historicidade e do universal que serve de atmosfera para sua existência, pois o indivíduo é um ser determinável social e culturalmente na medida em que a relação indissociável entre indivíduo-mundo, importa que a vivência concreta de um sujeito é a vivência de uma época (MAHEIRE; PRETTO, 2007).

Campos (2019) parte numa reflexão a partir do sujeito sartriano que é pensado como um universal-singular para tentar se aproximar da compreensão fenômeno suicida. Assim, o foco deve flutuar entre o indivíduo e o social, entre objetividade e subjetividade, num constante movimento que circunda o ser pelo fato do centro de filosofia sartriana está posta no “entre”, na fluidez do deslocamento entre o concreto e o abstrato, entre o social e o biográfico, entre o indivíduo e a história, entre o indivíduo e o mundo.

Acerca da dualidade indivíduo-sociedade, Angerami (2017) afirma que o suicídio embora seja um ato individual e pessoal, envolve um contexto social e comunitário, onde cada sujeito que se mata aponta um fracasso da proposta coletiva de modelo de vida e onde a relação mais fortemente afetada é a do indivíduo com a família, por ser o grupo de contato mais íntimo. Estas afetações não se restringem apenas àqueles que participaram diretamente do passado do suicida, mas se projeta no futuro dos membros da família e pessoas próximas. Assim, para o autor não soa dissonante a assertiva de que a sociedade aceita um padrão de suicídio mitigado

e coletivo (como na alienação, vícios, submissão e trabalho) e rejeita um padrão de morte individual abrupta que desafie o modelo proposto.

Desta forma a automorte pode significar a libertação de uma ausência intolerável e isto pode dar-se de maneira lenta e indireta como a negligência com a saúde, os vícios, excesso de trabalho, comida, prazeres. Casos em que a morte seria a redentora de um ser cuja frustração existencial sobrepujou as forças construtivas da vida, recaindo numa espécie de nadificação auto imputada, frente a uma objetificação e nadificação atribuída pelo olhar do outro, pois até mesmo conceituar alguém como suicida implica em uma coisificação do ser posto por uma estigmatização irreversível e que, portanto, terá aderido à essência do objeto (ANGERAMI, 2017).

Se o suicida é um condenado à morte que executa a pena com suas próprias mãos, o outorgante de tal condenação deve estar na vizinhança próxima, porém gize-se que esta condenação decorre de um pacto de pelo menos aceitação da legitimidade de tal autoridade ou julgamento pelo suicida, posto que ao ser em sua subjetividade sempre lhe existe a possibilidade de recusa e escolha. Desta forma nem mesmo nos casos de situações de massa que levam a suicídios como nas situações históricas registradas no nazismo, fascismo, camicases e suicídios religiosos, o suicida não pode ser considerado alguém vazio de si, pois articula à sua maneira os recursos que a sociedade expõe e assim sua atuação distancia-se de uma mera servilidade para ocupar uma situação de coprodução do fenômeno (ANGERAMI, 2017).

Ainda, expõe o referido autor, que no terreno social, consabido que a sociedade moderna com sua estrutura e condições legam ao indivíduo aspectos e situações que colocam em voga a possibilidade real e o questionamento de sua existência, podendo conduzir a pautas massivas de comportamento e de tutelas repressivas.

Tais assertivas concordam com a grafia de Sartre (1963) que reconhece as limitações fáticas e reais impostas e que compõem o viver do sujeito, porém, defende a possibilidade da atividade humana de superação. Tal possibilidade de superação fez ultrapassar a visão de que os homens fazem história sobre a base das condições reais anteriores às quais se encontram submetidos inexoravelmente como apregoada pela dialética marxista. Se, entretanto, as causas externas não são suficientes para determinar o desfecho de uma história que tem que passar pelo crivo de uma decisão pessoal, em muito colaboram para construir uma atmosfera de favorecimento ou desfavorecimento com ênfase ou mitigação do campo de possibilidades.

Desta forma, não se pode negar que fatores típicos do espectro urbano como tédio, solidão, angústia, vazio de valores dentre outros possam contribuir para corroer projetos de vidas. De idêntica forma ao habitante rural a falta de perspectiva, o reduzido círculo social, e

as intempéries climáticas e financeiras não podem passar impunemente ao papel de promotores de um estado de forte tensão e gerador de insatisfação e sofrimento humano (ANGERAMI, 2017; ARAÚJO; GREGGIO; PINHEIRO, 2013).

Angerami (2017) pondera que, embora se reconheça a influência de questões sociais sobre a vida do sujeito, divisar ou quantificar o grau de interferência do social é praticamente impossível, mormente se considerar que todo ato social remeterá a uma apreensão individual e, portanto subjetiva da situação, que por sua vez ensejará uma disposição de ação ou inação.

Retornando ao psicólogo existencialista, afirma este que a autoestima, comumente presente nas questões de suicídio, é um padrão social e está ligado às questões mercadológicas como padrões de êxito valorizados pela sociedade, sempre avalizado pelo olhar do outro. De maneira que sem este olhar do outro dificilmente se poderia falar em convicção própria de desvalor, pois o olhar do outro se demonstra constitutivo do ser e a apreensão e significação daquilo que o outro faz.

Portanto, o próprio indivíduo cria sentido existencial para o seu ser-no-mundo, isto é, para si-mesmo, a partir das suas experiências existenciais no contato com o mundo. A rigor não existe o sentido da vida fora daquilo que criamos como sentido. Assim, só resta o consolo de que será o ser individual, embora imerso por questões socioambientais, mesmo o autor do sentido da sua própria existência.

3.3 LIBERDADE E RESPONSABILIDADE E O SUICÍDIO

É livre aquele ser que pode optar entre vias para realizar seus intentos, independente do êxito. No entanto, é preciso distinguir entre o fim projetado e a realização desse fim; não basta conceber para realizar; é preciso agir no mundo em direção dessa realização. Se assim não fosse, não nos diferenciaríamos de nossos sonhos, nos quais o possível não se distingue do real. Portanto, a liberdade não é somente dizer que se quer algo, mas fazê-lo acontecer. Por isso a liberdade é ação sobre o mundo (SCHNEIDER, 2011).

Segundo Sartre (2015) ser livre não significa obter o êxito no que se quer, mas sim determinar-se a querer. O êxito não importa à liberdade, diz respeito à eficácia e ao resultado. O conceito de liberdade significa indeterminação e autonomia de escolha. Portanto, liberdade de escolher é diferente de liberdade de obter. O sujeito não tem liberdade de criar o mundo em que vive, mas tem a liberdade de escolher sobre o que vai viver nele, e disto decorre a relação do sujeito e história. Para o existencialista francês, a liberdade é o que define o ser do sujeito.

Estar condenado à liberdade significa que não podemos deixar de escolher; mesmo não escolher é ainda escolher; neste caso, uma escolha alienada, quando o ser do sujeito está em poder dos outros é, mas ainda assim, uma escolha.

O suicídio para Alvarenga (2015) consiste numa ação de rejeição das escolhas, aquela que elimina todas as outras, escolher a morte é uma escolha radical por não mais escolher. Se, o indivíduo ao viver escolhe para si um projeto original, faz para si uma escolha existencial que passa a pautar sua ação no mundo e seu porvir. A autodestruição, por sua via, é uma manifestação humana respaldada pela condição de liberdade.

No existencialismo sartriano cada existência é única e significada por aquele que a vive, então, é necessário analisar o suicídio a partir de perspectivas que contemplem estes particulares, levando em conta o sujeito como um ser histórico-social que produz sentidos a partir da sua relação com o mundo e com o outro. Assim se introduz a dialética existencial como ferramenta que permite realizar essa análise e considerar a relação entre o singular e o universal, o absoluto e o relativo, o social e o individual (ALVARENGA, 2015).

Langaro, Rodrigues e Schneider (2019) não negam que o suicídio sempre será uma possibilidade humana frente à determinada demanda de escolha, apesar de ele significar o cume da rejeição do ato de continuar escolhendo ao eliminar todas as possibilidades de prosseguimento da existência.

Schneider (2006) é categórica ao afirmar que a possibilidade de suicídio remete à conclusão de que o processo de viver é um processo inconstante e que depende de contínuas escolhas no interregno da existência. Desta forma viver mesmo que passivamente significa construir e reafirmar um sentido para a vida e exige um posicionamento constante e condições propícias que possibilitem lidar com as diferentes adversidades apresentadas pela vivência.

Ora, sempre convém lembrar-se do filósofo francês que esclarece que o suicídio seria um projeto rumo a uma morte que não a do autor, posto que esta última nunca é sua possibilidade uma vez que retira o ser do campo das possibilidades definitivamente ao recursar o porvir e, portanto a totalização que assim o determinaria. Prossegue, refletindo que este lançamento no abismo da absurdidade não deixa de ser complexo, complicado e causador de angústia, senão no suicida ao menos nos sobreviventes. Entretanto não pode haver divórcio entre liberdade e responsabilidade, já que toda escolha existencial envolve a apreensão do sentimento de que nada e nem ninguém responde pelo outro, pois a escolha é ato individual, sem garantias ou proteção, afinal transformar um possível de abstrato em material convoca a responsabilidade da escolha e os sentimentos de desamparo e angústia manifestos à ontologia do ser (SARTRE, 2015).

Neste diapasão prossegue o existencialista ao afirmar que diante da falta de um ordenamento rígido entre causas e efeitos, a existência é marcada pela contingência. Escolhemos a partir do que somos e somos uma história de escolhas. Desta forma, a escolha pelo suicídio não tem seu caráter de absurdo por ser tida por irracional, fatídica, aterrorizante, sedutora, romântica, heroica, mas sim por ser uma escolha que esgota a possibilidade de continuar escolhendo.

Para o filósofo Sartre (2015), pelo fato de não pedirmos para nascer ou termos participado da escolha, por não haver um sentido a priori, ao sermos lançados no mundo sentimos o desamparo e a angústia da ausência de completude ou inconstância do ser, somos remetidos ou arremessados ao processo de escolha contínua desde que esta seja pelas opções de vida, porque com a escolha e execução da morte de si, ao passo que o ser adquire a estabilidade e fixidez perde-se a liberdade e a existência.

Destarte, somos consciências sem conteúdo, e na medida em que apreendemos o mundo conferimos significado ao que foi apreendido. Tais significações são frutos da relação com a realidade, das escolhas feitas à luz da liberdade de escolha e da constituição de um projeto de vida. Desta forma, a liberdade é tema central e inafastável, pois o indivíduo é liberdade, é livre para escolher até mesmo não fazer escolhas, ainda que não possa renunciar a responsabilidade de suas escolhas (SARTRE, 2015).

Prossegue o aludido autor declarando que conquanto não há diferença entre ato e potência, tudo está em ato. A aparência na verdade é então a essência, ela não esconde, mas revela, assim os atos são também fenômenos capazes de mostrar a essência daquele que agiu, no ato está embutido o motivo, a ação, suas razões, suas paixões. O sujeito é uma totalização sempre em curso, sempre se escolhendo e assim se construindo enquanto escolhe, é uma essência constituída a partir da liberdade.

Para Alvarenga (2015), os motivos atribuídos ao suicídio são apreensões dos sobreviventes que veem a vida e o passado daquele que se foi como uma totalização acabada em seu curso, como um inerte Em-si, por mais que o suicida tenha deixado mensagens ou pistas em seu ato de despedida, estes serão significados por terceiros.

Discorre a supracitada autora que o sujeito é um ser que reassume em todos os instantes suas escolhas e valores e a cada minuto que continua vivendo está reassumindo a vida e o mundo. Assim, pode-se entender o suicídio como um ato extremo de estar em vida (pois é ato que se comete ainda em vida) e escolher renunciar definitivamente às escolhas, à liberdade e à vida. E nessa negação de negar o mundo que o nega, nega não só o mundo, mas a vida e a si mesmo. Resultaria pois que a deliberação pelo ato suicida proviria da descoberta que continuar

a viver é uma decisão à qual nada obriga a tomá-la e que o fato de viver ou de estar vivo não é determinante ou suficiente para manter a vida, desta forma não há que se invocar desculpas ou isenções. Em outras palavras, o suicídio deflagra a liberdade absoluta do ser e isto gera angústia e responsabilidade (ALVARENGA, 2015).

No tocante à motivação, interpretar o suicídio como um ato voluntário ou movido por situações outras não é relevante enquanto determinante objetivo do ato em si, posto que as duas formas (voluntarismo/reatividade) são articulações no mundo que visam a realização de um fim já decidido pois quando a vontade intervém, a decisão já está tomada e a vontade é mera anunciadora desta. Também cabe o registro de que o suicídio não é um projeto original, entendido como a escolha inicial que o indivíduo faz sobre si próprio que serve de matriz dos demais projetos, porque não é um projeto de ser no mundo, mas é um mero projeto possível dentro deste projeto original, posto que é a partir desse projeto original que o mundo particular ganha diretrizes e passa-se a utilizar dos utensílios e ferramentas na consecução de dado objetivo de vida (SARTRE, 2015).

Ainda, para Sartre (2015) os motivos não são suficientes para desencadear determinada ação, pois deve haver uma intencionalidade no ato. A causa determinante é exterior ao efeito e está relacionada ao ato numa questão temporal de antes e depois, já o motivo aparece na constituição do ato, ou seja, não existe nem antes nem depois ele se constitui no ato como no exemplo da vertigem que alguém sente ao caminhar à beira do precipício, o motivo é a totalização e síntese que ocorre a determinado momento caso seja escolhido o precipitar-se, não havendo esta escolha permanecerá apenas uma possibilidade. Ainda no exemplo citado, a ocorrência da vertigem e angústia decorre da desconfiança das próprias reações uma vez que não há impeditivos tanto para continuar caminhando quanto para lançar-se em queda livre.

Quanto a uma causa para o suicídio, Angerami (2017) concorda que não existe uma causa para o suicídio. Por mais que a pretensa motivação esteja destacada e exuberante, esta apenas representa uma complexa trama que enredou a vida da vítima e contribuiu para o fim autoprovocado produzindo uma certa falta de sentido para permanecer em vida.

Segundo Langaro, Rodrigues e Schneider (2019), ninguém em situação que assim permita, escolhe o suicídio como primeira opção, este é sempre reativo a determinado campo de ação e resulta dum estreitamento das possibilidades do sujeito, redundando numa carência de alternativas que possibilitem dissipar o sofrimento, desconforto ou angústia. Esta impossibilidade de realização ou viabilização do projeto de ser frente ao estreitamento das possibilidades existenciais se faz acompanhar muitas vezes da perda de laços de reciprocidade e do sentido existencial, o suicídio, portanto, desponta como uma alternativa viável. Como

exemplo citam as pesquisadoras um caso clínico onde a opressão social, o estreitamento das possibilidades contrapunha-se a um determinado projeto de ser e desta disputa emergiu a opção pelo suicídio, que nada mais foi do que um último apelo a cessação do antagonismo inviabilizador que tornara a vida impossível.

Angerami (2017) explora acerca de um fator comum encontrado sem, contudo, concluir: o tema da carência afetiva e mais especificamente da solidão, que apesar de inerente à existência, é um fator típico encontrado nos suicídios. Sobre isto importante trazer a lume o ensinamento de Sartre de que o olhar do outro, é um olhar constituinte na medida da dialetização que ocorre entre o outro e eu, e quando este antagonismo não é dialetizado implica num vazio existencial, que talvez redunde num ato de solidão.

A existência é compreendida como hiato que permeia o nascimento e a morte e se faz necessariamente acompanhada da solidão, este vazio humano e existencial é próprio do sujeito visto que se faz fora de si e então tenta preencher este vazio com crenças, paixões e mesmo atos de má-fé (SARTRE, 1984).

Veríssimo (2019) avalia o fenômeno do suicídio como consentâneo ao surgimento do desespero. Aduz que é certo que o mundo não é obrigado a acatar as demandas individuais de esperança, sucesso e felicidade, bem-estar, ideologias, utopias e paixões. Assim, o mundo ao resistir aos desejos individuais cria a possibilidades de novos projetos e novos desejos fornecendo a força motriz para a continuidade da existência. Por outro lado, quando patamares de tolerância individual são solapados pode-se chegar à compreensão da impossibilidade de realização de satisfação o que pode conduzir ao desespero e deste à renúncia de viver. Paradoxalmente a situação de desespero cresce à medida que se aumenta a consciência de si mesmo e da situação que poderá conduzir a um vazio de si.

Oportuno à reflexão a situação descrita por Beauvoir (2019) com a personagem Anne, que é psiquiatra e psicanalista. Acostumada a orientar na resolução de problemas alheios em certa passagem evitou o suicídio de outra personagem Paule subtraindo-lhe a cicuta. Porém, acometida por dúvidas existenciais, mormente quanto ao porvir e o constante desfazimento de projetos, sonhos e ilusões e esperanças sentimentais, com o aproximar da própria e inevitável decadência corporal, apropria-se do arsênico e faz votos de querer a morte por já não ter mais a força e a inocência da juventude. Para ela, a morte perde a face terrível e passa a ser mais aceitável quando se está tomada pelo cansaço, com o aumento das decepções não se apercebe mais função de manter-se vivo ou tarefa a realizar na terra. Ao passo que o tempo é um algoz novamente invocado sob o argumento de que é muito tarde para começar ou recomeçar, o precioso frasco contendo a possível solução passa ganhar importância. A cena eletriza por seus

questionamentos e suas reflexões que demonstram a angústia existencial de alguém que embora triunfante na vida carrega dentro de si mais mortos do que projetos ou sementes de vida (É a vitória da morte! bradou o personagem). Entretanto como todo ato humano é probabilístico e o desfecho foi desviado por lembranças da filha e da neta e pela imaginação de uma voz culposa que lhe dizia: “você não deveria, não tinha o direito!” (BEAUVOIR, 1983, p.477).

A cena embora curta remete a reflexões profundas e ramificáveis a temas como projeto de vida, frustrações, luta pela prevalência de objetivos, desgaste e cansaço emocional e esgotamento de ambições, liberdade, responsabilidade, dentre outros. Percebe-se a reafirmação do pressuposto da liberdade sempre à disposição do indivíduo para interpretar os fatos da vida e a partir disso agir seja pelo viver ou pelo morrer. Também é saliente e imprescindível considerar a influência do outro a ditar o comportamento a partir do que este olhar traduz.

3.4 SUICÍDIO E MÁ-FÉ

Sartre (2015) define a má-fé como uma espécie de mentira ou engano a si próprio com o objetivo de se esquivar de algo inescusável. Afirma o existencialista:

Por certo, para quem pratica a má-fé, trata-se de mascarar uma verdade desagradável ou apresentar como verdade um erro agradável. A má-fé tem na aparência, portanto, a estrutura da mentira. Só que - e isso muda tudo - na má-fé eu mesmo escondo a verdade de mim mesmo (SARTRE, 2015, p.93).

Assim, eliminar a obrigação de fazer escolhas pela cessação da vida pode ser entendido como um ato de má-fé, posto que continuar na existência implica em se fazer presente ao campo das possibilidades com sua ontologia angustiante, mesmo que albergadas pela má-fé..

Para Beauvoir (2020), a infância deixa nostalgias e uma delas é o desejo de não escolher e deixar que alguém escolha e desta forma suporte as consequências da decisão, cabendo a criança o papel de se comportar conforme o escolhido. Se existir é fazer-se falta de ser e lançar-se no mundo, considera a filósofa como sub-homens aqueles que se aplicam a reter, negar e boicotar esta atitude. Indene de dúvidas que este comportamento revela um medo fundamental diante da existência e dos riscos e tensões implicados redundando numa recusa à própria existência. Tal comportamento somente leva a realização da existência na facticidade ao invés de ampliar a condição humana, pois redundando numa adesão a projetos de terceiros ou oposição aos projetos dos outros mediante atos de resistividade.

Ressalta a pensadora que no mundo em que tal existência sobressai, nenhum projeto tem sentido, e o sujeito é definido como uma fuga desvairada; o mundo a seu redor é incoerente e nu; nada jamais acontece, nada merece um desejo ou um esforço. Em tais condições o sujeito se encaminha para uma morte que não faz outra coisa senão confirmar sua longa negação de si mesmo. Nessa experiência revela-se apenas a absurda facticidade de uma existência que permanece para sempre injustificada (BEAUVOIR, 2020).

Esta situação de tédio prossegue Beauvoir (2020), faz o mundo parecer deserto e alienígena ante a ausência de laços. Esmagado pelos acontecimentos presentes, o sujeito fica perdido diante das trevas do futuro, que podem ser ameaças de guerras, doenças e incertezas. Quanto mais indistintos forem os perigos, mais temíveis são, pois o indivíduo não sabe ao certo o que tem a perder, uma vez que nada possui, mas essa própria incerteza reforça o terror: o que ele teme de fato é que o do imprevisto lhe traga de volta a angustiante consciência de si mesmo. Assim, a fim de livrar-se dessa ameaça, é levado a engajá-la positivamente tentando dissipar sua liberdade no conteúdo de temas, parâmetros e comportamentos sociais, objetos nos quais busca perder-se a fim de aniquilar sua subjetividade.

Para a escritora, a má-fé, então, provém do fato de que ele é incessantemente obrigado a renovar a negação da liberdade e quanto menos as circunstâncias econômicas e sociais permitam que um indivíduo aja sobre o mundo, mais esse mundo lhe parece como um dado, à semelhança da realidade das crianças.

A prisão aos fins e padrões assumidos mantém o sujeito aderido a um sentido que pode sofrer nuances e inconstâncias. Sendo que quando há um distanciamento destes fins, seja por doença, desemprego, velhice ou algum outro fator a vida se apresenta sem sentido:

[...] mas se acontece que o fracasso ou a velhice arruine todas as suas justificativas, então, ao menos que haja uma conversão sempre possível, ele não tem saída a não ser a fuga; arruinado, desonrado, esse importante não é mais nada além de um “homem acabado”; ele se une exatamente ao sub-homem, a menos que ponha definitivamente fim, **por um suicídio**, ao suplício de sua liberdade (BEAUVOIR, 2020, p.31, grifo nosso).

Importante ilustrar a discussão a partir de um trabalho coordenado por Schneider *et al.* (2020) sobre o caso intitulado “A Psicologia Clínica Existencialista e os Problemas Relacionados ao Uso de Drogas” no qual resumidamente reiterados tratamentos do paciente à drogadição não somente falharam como conduziram a um indesejável fim. No caso, embora o escopo do trabalho não fora o suicídio ou reflexões sobre o tema, permitiu verificar que a falta de dialetização do eu-outro, singular-universal no caso de drogadição pode redundar num ato de má-fé, pelo qual o sujeito abre mão de recuperar ou reconstruir um projeto de ser baseado na premissa de liberdade e, no caso, passou a se submeter a várias tentativas de controle externo

de seus hábitos, passando a aceitar decisões e orientações provindas de outros (responsáveis pelo “tratamento”) ficando refém destes comandos e, portanto, abdicando de fazer as próprias escolhas em “benefício” do tratamento, que como realçado conduziu a um fim antagônico:

[...] ficando à mercê de uma tentativa de mudança de comportamento feito pelo exterior (de suas vivências), obedecendo regras do que devia ou não cumprir para se manter abstinente, mas sem compreender sua dinâmica psicológica, seus subterfúgios para lidar com a angústia de sua liberdade, seus medos interiorizados [...] fugia de qualquer situação que lhe produzisse afetabilidade, lhe proporcionasse emocionalidade. Com isso, manteve-se na absoluta solidão que o assombrava, tomado pelo vazio existencial que lhe devorava Eis aí a razão de tantas recaídas, vividas na mais estonteante culpa, pois a compreensão que tinha era a de que não possuía força interior para a superação [...] (SCHNEIDER et al., 2020, p.21. No **prelo**).

Nesse sentido, aponta Alvarenga (2015) que o suicídio representa um ato que sabota o processo de escolha procurando isentar o sujeito deste mister e de sua responsabilidade, como exercício radical de sua liberdade, liberdade para se matar.

Assim, prossegue a citada autora, a liberdade de escolher o suicídio, uma escolha por não mais escolher, uma escolha que acaba com todas as outras escolhas não deslegitima o ato de liberdade, entretanto aponta para um ato de má-fé, pois visa a destruição, a fuga da liberdade, partindo de um ato fundamentado nessa mesma liberdade radical. O suicida é alguém que vê na situação dada (objetiva/subjetiva) um estado insuportável por ter vislumbrado um estado de coisas que o mundo impediu, obstaculizou ou inviabilizou, é alguém que não assumiu, ou resolve não mais assumir, o mundo tal qual se apresenta.

3.5 A INVIABILIZAÇÃO DO FUTURO COMO (CO) FATOR DE SUICÍDIO

Para Sartre (2015), a constituição do sujeito se dá como um projeto contínuo. Anteriormente a esse projeto existiria o nada. Com o início da existência, inicia-se também o projeto, que é continuamente um vir a ser, sempre inacabado e sempre constituindo o sujeito a partir de sua vivência. Esse ser da consciência reflexiva é um processo contínuo de construção, totalizante e destotalizante, de abertura às possibilidades diante de um arrojarse no mundo em busca de completude ou totalização nunca alcançada. O futuro é o que tenho de ser na medida em que posso não sê-lo, ou seja, representa uma fuga do Para-si. O futuro é prerrogativa do Para-si, que desliza ao passado como um ex-futuro, não se deixando apanhar, tornando-se sempre numa possibilidade, ou melhor, uma infinitude de possibilidades já que o Para-si é liberdade (SARTRE, 2015).

Schneider (2011) ilustra que o ser existe na temporalização, pois o sujeito é seu passado (que é em-si, posto que já passou, é fato, é coisa), mas também seu futuro (que é nada, posto que ainda não é). Assim, ele é essa totalização do passado, presente e futuro. A possibilidade (futuro) é aquilo que falta ao indivíduo, que ele busca para ser completo, que gera a força do ser. Como o indivíduo nunca se totaliza por completo, este futuro transforma-se em passado após passagem fugaz pelo presente, isto significa que o ser do indivíduo é um sujeito inscrito em um campo dinâmico de possibilidades de ser. Explica a pesquisadora que não existe sujeito sem projeto. Mesmo não ter projeto é ainda um projeto; assim, ao lançar-se no mundo, o sujeito persegue um fim, mesmo que não tenha clareza de qual é ele, onde cada escolha concreta e empírica designa uma escolha fundamental, ou seja, a realização do projeto de ser.

Refere a citada autora que dizer que o indivíduo é um prisioneiro do tempo quer dizer que o indivíduo sempre está no tempo, e é através do sujeito que o tempo vem ao mundo. O sujeito é seu passado (que é em-si, posto que já passou). Mas não se limita a este passado já que é seu futuro que o impele a deliberar escolhas. Antes, ele é essa totalização do passado, presente e futuro e sobre a força motriz do futuro e do projeto de ser a temporalização se dá através das forças reais advindas de um futuro que vão constituindo a história e ativando o passado e suas forças virtuais.

O sujeito é um ser-no-mundo posto que não há outra forma de se constituir a não ser pela interação com os homens, coisas e mundo. Ao contrário de haver uma essência interna que ditaria o sentido da existência, a vida está no mundo, fora de nós, Interno é o pensamento, mas mesmo o pensamento pensa a respeito do que está fora de quem pensa, pois o sujeito é um ser-no-mundo na medida em que nada existe em nós que não esteja no mundo, fora do indivíduo (MONTEIRO, 2016).

Para Monteiro (2016) o desejo humano é que faz com que o indivíduo busque se desenvolver e queira viver. A vontade humana é uma das molas propulsoras da vida, da ciência, da tecnologia, da fraternidade, do amor, da vida. Assim, o indivíduo não é um “ser desejante” no sentido de ter esse desejo como conteúdo de consciência, pois todo o desejo humano está fora dela, no mundo, e o indivíduo somente deseja a partir de uma consciência intencional, de um ego transcendente que vai ao encontro desse mundo das coisas que operam desejo.

Das obras analisadas, registra-se que para Langaro, Rodrigues e Schneider (2019) o que mantém uma pessoa viva existencialmente é a expectativa de um porvir, desta forma viver é sempre superar o estágio da facticidade atual por mais cômodo e benéfico que seja rumo a um projeto que somente pode se realizar num tempo futuro. Ao ver esta contingência se transformar em um vazio de possibilidades a ideia da morte e da automorte pode surgir como uma

consequência de um raciocínio razoável. Assim, a depender do conjunto de forças e das mediações atuantes em casos singulares, é possível que a inviabilização do ser nos seus aspectos originais conduza a consequências como a da auto aniquilação.

Também condições opressoras podem impor situações de inviabilização como solidão e estigmas que estão na base de sentimentos de auto extermínio. Nesse sentido, assinala Alvarenga (2015), que se o que mantém o indivíduo vivo é a capacidade e plausibilidade de um futuro, quando essa possibilidade aparece como obstada pela drástica redução do horizonte dos possíveis, tanto pelas condições objetivas e quanto apreensões subjetivas, o suicídio pode, então, se apresentar como uma opção a ser significada.

Para Alvarenga (2015) é o projeto que orienta as escolhas e ações no mundo, tal possibilidade constitui um dado sujeito e não outro, na medida em que suas escolhas são únicas, e seu projeto original, pois o indivíduo é livre porque não é o que é, não é plenitude de ser, pois aquilo que é pleno de ser não pode ser nada além do que já é. O suicida, prossegue, não é resultado objetivo das coisas, que podem ser em si mesmas determinantes ou mesmo motivos para a decisão fatal, pelo contrário, é à luz relacional de dado projeto que essas condições são significadas como insuportáveis e assim podem conduzir ao ato.

Aduz Angerami (2017) que um ato por si só não provém somente de um acúmulo de passados, uma vez que o passado ou partes dele passa a ser selecionado com vistas a um projeto futuro e desta forma é a ação no futuro que concede a força motriz à realização de determinado ato. As condições da decisão com certeza estão ancoradas em algum passado, mas é a projeção de futuro que tira da inércia e traduz em ação essa expectativa e vontade.

Neste aspecto Sartre (2015) afirma que é uma estrutura permanente do ser a condição de possibilidade da consciência como consciência do mundo que transcenda rumo ao futuro, ou dito de outra maneira o sujeito é transcendência-transcendida, sua vida está em ato e este é compreendido a partir da situação e do fim perseguido num processo que vai do futuro ao presente. Ou ainda mais tecnicamente falando, o futuro retorna ao presente e ao passado para iluminá-los, assim como o conjunto dos projetos futuros retrocede para conferir ao motivo sua característica motivadora.

A questão da ausência de futuro parece ser bastante evidente e exemplificável na questão da chegada da velhice e o diminuir da expectativa de futuro, aliada ao fato, não menos grave, do idoso ser considerado inútil e improdutivo na sociedade capitalista pelo esvanecimento de sua força produtiva. A solidão e o vazio existencial são ampliados em magnitude com o chegar dos anos que normalmente traz a solidão de outras perdas, conducente à sensação de abandono e rejeição, resultado a resignação pelo anseio e espera da morte como forte opção.

Esta foi a conclusão da pesquisa de Mello (2000), onde se constatou que a falta de um projeto de vida é um forte componente nas ideias e práticas suicidas entre os idosos, posto que passem a viver uma vida com foco no passado e pouca projeção de futuro, sendo possível, portanto, associar na especificidade (não unívoca ou exclusivamente) o sentido da vida a um projeto de futuro.

Cabe lembrar novamente que nossos sentimentos de estima e rejeição estão sempre atrelados ao olhar do outro, que nos visita e confere significados. Assim, o definhamento das condições de dignidade conferida aos idosos resulta numa diminuição do horizonte de possibilidades, um encurtamento e extinção de projeto de futuro e, portanto a solução fatal do suicídio não é mera especulação ou sentimento de fraqueza, mas demonstra-se real. Desta forma, o suicídio representa, *in casu*, algo que vai se fortalecendo à medida que outras oportunidades vão se extinguindo ou rareando frente a um conjunto fático temporal a que determinado sujeito está submetido (ANGERAMI, 2017).

Langaro, Rodrigues e Schneider (2019) discorrem sobre a experiência suicida ser compreendida como uma fuga do isolamento social e do sofrimento decorrente da inviabilização do projeto de ser cristalizada numa situação desfavorável, matizada por um conjunto de circunstâncias externas que, embora determinantes, não eximem da contribuição do sujeito.

Nesse sentido, esclarece o filósofo francês:

Se para você mesmo, você já é um estranho, um outro, se você sofre uma contínua ausência fundamental de você então você pode suportar esta ausência como se fosse a ausência de um outro. Este outro nunca será mais ausente do que você, pela maneira que ele não é ele próprio (isto é, em que ele para ele mesmo é outro), a maneira em que você não é você e na maneira em que você não é ele não há diferença demarcável (SARTRE, 1963b, p.84, tradução nossa).

Por estar o sujeito abandonado a si mesmo, sem um deus, sem uma natureza humana que lhe dite garantias e ações, surge a angústia da contingência e da sua total responsabilidade, ainda que em situação, por sua vida fazendo com que crie valores e significações que irão balizar o percurso rumo ao seu porvir. Assim, o sujeito lançado no mundo encontra uma história já herdada compulsoriamente, um presente construído e um futuro a prospectar a partir de suas escolhas, de suas fragilidades (SARTRE, 2015).

Embora, as condições de qualquer decisão se encontrem num passado, o ato em si visa um futuro com suas expectativas, vontades, medos e desejos. Sendo assim, o passado subsidia as condições para as ações cujas raízes são nutridas pelo futuro e na vacuidade ou ausência de

viabilização deste pode-se aumentar a possibilidade de uma nulificação do ser ou mesmo renúncia à vida.

3.6 A QUESTÃO EXISTENCIAL DA MORTE

Na medida em que somos incompletos e procuramos a completude, o único modo de alcançarmos seria morrer. Só a morte transforma um indivíduo em ser em-si, mas isso acontece porque o sujeito morto deixa de ser Para-si, porque ele nunca mais poderá mudar. Assim, o sujeito só se torna Em-si quando morre, mas então não é mais Para-si e passa a ser Para-outro (SOUZA, 2019).

Langaro, Rodrigues e Schneider (2019) enfatizam o caráter absurdo da morte haja vista que ela nega todos os projetos e a própria existência de maneira peremptória. Destruindo as opções de futuro como alternativas de um ser Para-si, não somente atinge o campo de possibilidades, mas atinge o próprio ser convertendo-o num objeto estático (em si).

Já Angerami (2017) invoca Sartre ao afirmar que a morte não pode ser considerada o acorde final de uma melodia, posto que segundo o filósofo da liberdade o fato da morte determinar o fim da existência e dos projetos elaborados não permite a totalização do ato pelo sujeito, mas somente pelos outros que remanescem vivos. Desta forma, o executor da partitura está ausente por ocasião do último ato melódico, não podendo ser nem regente, músico ou ouvinte.

Campos (2019) reflete que o divórcio do indivíduo com o mundo o faz mergulhar num sentimento de estrangeiro, não pertencente à ordem social, familiar gerando o paradoxo da constante indeterminação caracterizada como absurdo existencial ou absurdidade. Assim, prossegue a autora, o suicídio como solução para um problema da vida é algo angustiante, pois retira do campo da incerteza e da ilogicidade da existência para remeter ao campo da absurdidade do desconhecido, ou seja, desloca-se de uma absurdidade conhecida para outra misteriosa.

Para Veríssimo (2019) a carência de um sentido central, a priori e universal, para sustentar a existência, permite diferentes formas de preenchimento deste núcleo vazio: alguns preenchem com amor, outros espiritualidade, justiça, conhecimento, sensualidade e tantos outros fenômenos conforme as infinitas possibilidades e significações. Esta falta de sentido nato constituiria em si uma absurdidade visto que a vida consiste no preenchimento da existência a partir de valores e desejos criados.

Prossegue o autor afirmando que mesmo que eleito um aspecto central e a partir deste se construa uma vivência e um viver com sentido dado, isto por si não afasta a questão da absurdidade da vida, posto que a morte espreita a cada porvir e a determinado momento prevalecerá, inclusive sobre o motivo eleito. Porém, este niilismo existencial não pode ser o ponto final posto que não traria compreensão sobre o fenômeno. Para tanto recorre Veríssimo (2019) à Sartre aduzindo que se não existe um sentido a priori, resta a facticidade da vida e a partir das condições concretas e da relação com a finitude da condição humana cabe construir significações e sentidos que permitam a continuidade da existência.

Ensina o filósofo da liberdade que o ser humano vive o presente como uma perpétua fuga ante a ameaça de ser imobilizado no “Em-si”. Este é um dilema posto que a transformação no Em-si conduziria a uma estabilidade que eliminaria a angústia ontológica do desamparo frente às probabilidades e escolhas, por outro lado essa consolidação ocorreria ao custo da liberdade e, portanto também não agrada ao ser que ao estar em estado de morte tem sua liberdade totalmente aniquilada. Porém da vivência sabe-se que ocorrerá a vitória final do Em-si que arrastará o ser a um passado que já não é passado de qualquer Para-si uma vez que com a extinção do Para-si, o passado passa a existir somente no outro e para o outro. Esta é a vitória da morte, porque a morte é a detenção radical da temporalidade pela preterificação de todo o sistema, isto é a totalização pelo Em-si (SARTRE, 2015).

Prossegue Sartre (2015), comparando a morte à figura mitológica de Janus, o deus Romano de duas faces. Assim enquanto uma face olha para o nada (futuro) de ser, a outra mira um passado concreto passível de significação. Metaforicamente é emprestado o exemplo do acorde final de uma melodia que é captado por uma de suas faces de Janus, enquanto a outra capta o silêncio determinante, ou seja, o nada de som que irá suceder à melodia, entretanto o pleno sentido do ser é dado pelo som e pelo silêncio conferido pelo intérprete que de fora contempla os olhares direcionais de Janus e assim perceberá e significará a melodia.

Avança o filósofo refletindo que a morte é tratada como fenômeno individual de um dado ser que faz desta vida uma vida única, uma vida na qual não se permite uma segunda chance, um segundo renascer. Esta consideração majora o ser de responsabilidade, pois se torna responsável, também, por sua morte, tanto quanto por sua vida. Responsabilidade esta, não pelo fenômeno empírico e contingente da morte, mas pelo caráter de finitude que faz com que a vida, como a morte, pertença a um proprietário, um indivíduo.

Assim, morrer é deixar de existir para si, enquanto continua a ser existente na memória e no passado do outro. Com a morte ocorre o fim da dialetização universal-singular e o Para-si é transformado em pura essência (Em-si) resultando na nadificação de todas as alternativas,

razão porque o fenômeno não pode ser encarado como uma possibilidade, pois representa um absurdo que vem a negar a existência de todas as viabilidades de forma peremptória. No mesmo sentido, o suicídio carece de significação, pois o ato praticado em vida somente adquirirá significação no momento posterior pelo outro, resultando em algo incompleto para o agente suicida (SARTRE, 2015).

Para Alvarenga (2015), o caráter absurdo da morte se caracteriza pela interrupção do devir. O Para-si é movimento contínuo, sempre buscando a completude, aquele que possibilita a reassunção do passado, atribuindo e metamorfoseando o significado do que sou rumo ao projeto original. A vida seria este movimento constante de determinar seu próprio sentido como devir, mudança daquilo que é em direção ao que ainda não é, que todavia não prevalece quando da facticidade da morte. Ainda sobre o tema, a morte trata-se de um evento de ocorrência concreta e certa na existência de todo ser humano e que pela sua característica de extintora de projetos leva a condição de vida a uma ilogicidade e a uma absurdidade.

Nesse aspecto, o inarredável caráter absurdo da morte se equipara a absurdidade da vida quando esta não possui sequer uma justificção racional de sua origem (por que se nasce?). Destarte, invertendo a pergunta, porque se morre?, também carece de uma lógica visto que algo abrupta ou paulatinamente interrompe não somente os sonhos, desejos, projetos contidos numa existência, nadificando o próprio ser da existência e, portanto sendo abrigado pela absurdidade (SARTRE, 2015; LANGARO ; RODRIGUES; SCHNEIDER, 2019; ANGERAMI, 2017).

Neste sentido, segundo Sartre (1967) pode-se afirmar que a absurdidade da existência se faz patente à vida e à morte. A morte como a vida apresenta uma fuga da logicidade e do arazoamento dado que se vive e morre-se sem saber o porquê de um ou de outro, até mesmo nos momentos de véspera da morte a vida, independente da forma, ainda impera.

Neste particular não destoa do escritor Albert Camus, para o qual enquanto há pessoas que morrem por achar que a vida não vale a pena ser vivida, há outras paradoxalmente se matam pelas ideias ou ilusões de uma razão de viver (que passa a ser razão de morrer), desta forma o único e verdadeiro papel do indivíduo, nascido num mundo absurdo é viver, ter consciência de sua vida finita, de sua revolta e de sua liberdade dentro da sua finitude. O sujeito é o seu próprio e único fim. Se quiser ser alguma coisa, é nesta vida que deve obtê-la (CAMUS, 2018).

Para o escritor argelino a crença no sentido da vida pressupõe uma escala de valores, logo envolve escolhas e preferências. Desta forma, a significação só pode ser compreendida em termos humanos e particulares como aquilo que interage com o ser e permite um ato de compreensão ou apreensão dentro de um cenário dado como tentativa de tornar menos absurda

tanto a vida quanto a morte. O sujeito é chamado a viver esta situação de absurdidade e é dentro desta existência que deve encontrar respostas para seus dilemas (CAMUS, 2018).

Campos (2019) ao citar o relato de um paciente à página 193 que afirma: “...a vida eu já conheço... e não aguento mais... agora eu quero conhecer a morte” convida à reflexão acerca da vida e da sua absurdidade, que induz o indivíduo a criar significados para prosseguir na existência, posto que, segundo Camus (2018), diferente de um vegetal onde ser árvore entre árvores não suscita maiores dilemas, o ser homem entre homens não é condição suficiente para sustentar sentimentos de familiaridade e pertença. Esse sentimento de ser estrangeiro, pertencer a um mundo obrigatório pela condição de vida, de nascimento e relações sociais fundamenta uma absurdidade existencial, afinal se a vida é a realização dos possíveis e os possíveis variam conforme situações que fogem ao controle do indivíduo, e que de regra não se apresentam como complementares aos seus desejos se está diante de algo cujo eixo de lógica e racionalidade apontam para uma tentativa de controle e compreensão de situações infinitesimais dentro do universo relacional.

Esta indeterminação e indeterminabilidade faz parte intrínseca do existir do sujeito, porém, frente à determinadas situações algumas pessoas decidem não mais querer jogar o jogo da vida e ao contrário de Sísifo⁴, tem o poder de renúncia a empurrar a rocha ao alto da montanha, posto que a reflexão da inutilidade da função pode redundar numa convicção pessoal (CAMUS, 2018).

Também soa algo inimaginável pensar a existência sem a morte, sem a possibilidade de morrer a vida seria intangível à razão. Neste particular, as palavras de Beauvoir (2019) emprestadas ao personagem Fosca (personagem que atingiu a imortalidade e encontra-se condenado a viver sem encontrar a finitude da morte) na obra Todos os homens são mortais, conferem à ausência da oportunidade de morrer algo angustiante e desalentador demonstrando que sem o limite da morte, a existência infinita foge da plausibilidade humana, nas palavras do personagem:

[...] tudo o que se faz se desfaz, e a partir da hora que nasce começa-se a morrer. Mas entre o nascimento e a morte há a vida. ...Você não pode imaginar isto: estarei aqui sempre. Vivo e não tenho vida. Não morrerei nunca e não tenho futuro [...]. A imortalidade é uma maldição (BEAUVOIR, 2019, p. 310).

⁴ Personagem mitológico que por desagradar aos deuses foi condenado a empurrar uma pesada rocha até o cimo de uma montanha num movimento perpétuo. Tal rocha por forças naturais rola à base da montanha, cabendo ao desgraçado pelos deuses a tarefa de nova e continuamente levá-la ao cume.

É de Beauvoir (2019), na obra *Uma morte suave*, a afirmação de que a morte não é natural ao sujeito, pois este com sua presença questionadora desnaturaliza esta condição, esta sempre representa uma violência indevida, mesmo que sabida, conhecida e esperada. É inútil pretender integrar a morte na vida e conduzir-se de maneira racional diante de uma coisa que não o é. Questão reforçada na obra *A Força das Coisas* onde refere a escritora à morte como algo inconciliável: “nossa morte está em nós, não como a semente no fruto, como o sentido de nossa vida; em nós, sim, mas estranha, inimiga, terrível” (BEAUVOIR, 2009, p. 336).

Das reflexões retiradas das obras sob análise observa-se que a condição da mortalidade confere ao ato de viver uma expectativa de conflito temporal e ao mesmo tempo confere ao indivíduo um tom de autoridade sobre sua vida e seu destino, pois pode traçar e realizar o que seja seu projeto escolhendo sua vida e sua morte, a que se refere Beauvoir (2019) como um fator cuja função é de cancelar a liberdade do ser.

A morte representa uma facticidade e como tal deve ser encarada, embora personagens literários como Roquentin (*Náusea*), Mathieu (*Sursis*), Anne e Paule (*Mandarins*) tenham flertado com o suicídio o desfecho reflexivo não está ancorado no êxito ou fracasso do intento, mas nos processos de livre deliberação que permearam a história e as suas consequências possíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recurso às fontes existencialistas sugerem a acolhida à conclusão de Angerami (2017) ao afirmar que a ideia de suicídio como algo que incide apenas sobre pessoas com determinadas patologias mentais deve ser desmistificada, conduzindo ao encontro daquilo que o fenômeno realmente é: uma possibilidade existencial resultante de uma decisão que pode trazer em si aspectos de lucidez ou não, mas nunca uma situação a envolver apenas pessoas consideradas como potencialmente suicidas.

Também há que se concordar com referido psicólogo ao afirmar que a vida é um emaranhado de sofrimentos e agruras existenciais e que tal fato implica na assunção de uma responsabilidade pelas construções dos ideais de vida, posto que o sentido atribuído à vida é o que a faz tangível e racional, desta forma a autodestruição é uma manifestação humana, desde que assumida pela condição de liberdade, e da responsabilidade. Assim a síntese daquilo que fizeram de mim, acrescido da angústia ontológica da liberdade pode redundar no suicídio. E mesmo que o ato suicida venha a extinguir essa angústia é preciso ter claro que o peso da

liberdade e a responsabilidade recaem no único que pode cometer o ato fatal, o próprio suicida, desta forma não há como transferir a parcela de responsabilidade.

De idêntica forma o trabalho de Langaro, Rodrigues e Schneider (2019) ao refletir que o suicídio pode ocorrer diante de determinadas situações de sofrimento onde a alternativa de não mais ser poderia levar à extinção da angústia do existir busca entender esse aniquilamento como algo decorrente da inviabilização do desejo de ser ante a irrealização do projeto pelo estreitamento das possibilidades e o respectivo fracasso agravado por perdas de laços de reciprocidade e sentido existencial. Assim, como descrito pelas pesquisadoras, a denominada dialética trágica entra em cena: de um lado a opressão social, o estreitamento das possibilidades e do outro o projeto de ser podem conduzir como resultante a intenção suicida, que teria como característica o brado por uma nova possibilidade de vida tida como impossível. Nestes casos alguns fatores de proteção se demonstraram importantes como os relacionamentos interpessoais com o entorno próximo (família, amigos, colegas), ambiente laboral saudável, ou seja, coesão social.

Posto que para Sartre (2015) o olhar do outro me coloca numa situação de passividade, logo, uma relação desconfortável, porém isto se faz indispensável, pois somente se se apreende objetivamente a si próprio a partir do conhecimento refletido pelo olhar do outro, entretanto isto não significa em absoluto essência ou destinação. O que o existencialista afirma é que o sujeito se faz sujeito, isto é, o criminoso se faz criminoso, o religioso se faz religioso e o bondoso se faz bondoso. Há sempre uma possibilidade de o criminoso deixar de ser criminoso e de o religioso deixar de sê-lo visto que o destino do sujeito está no que este faz.

Assim como Sísifo fora condenado a não atingir a completude, a existência humana vista pelo pensamento sartriano também carece de um êxito, estabilidade ou sossego, posto que sempre intotalizada: o para si nadificado em seu ser utiliza-se da liberdade para constituir-se naquilo que é o que não é e não é o que é.

Desta forma, se por um lado não se tem como negar a responsabilidade do indivíduo na escolha, deliberação e execução do ato, também não há como isentar o meio relacional que o circunda de uma participação ativa ou passiva no ato, deveras quando os indivíduos vivem em situações de pouco respeito às condições de dignidade humana.

Por isso se faz correto apelar ao existencialismo engajado de Sartre-Beauvoir, onde para além do discurso retórico é a ação que dita a existência, assim a dialética singular-universal não permite a isenção de nenhum dos polos, antes os ata na cumplicidade e complexidade existencial. Não faz do indivíduo pura vítima ou da sociedade pura vilã. A sociedade, aqui entendida em sentido lato como qualquer exterioridade ao indivíduo, na medida em que permite

condições de dignidade e, portanto, condições de participação e autoria do indivíduo em sua própria história permite a este ampliar seu leque de possibilidades, opções e escolhas. Doutra sorte a opressão e negação de direitos fundamentais conduz a uma redução ou indução ao encolhimento existencial, tal método indiscutivelmente útil à dominação, tende a agravar situações onde a rudeza da sobrevivência dessensibiliza e aumenta a desconsideração pelo viver, gerando desesperança num futuro e, portanto, facilitando um ato de renúncia a uma vida, via de regra já pobre e restrita de possibilidades ou com um projeto de futuro inviabilizado.

Assim em que pesem as campanhas públicas preventivas ao suicídio terem demonstrado eficácia na conscientização e quiçá redução de ocorrências, somente a publicidade distanciada de condições reais de vida, por mais bem intencionadas, tendem a não enfrentar o mito do suicídio, ao manter restringido o leque de opções e ao não promover a emancipação existencial dos indivíduos, posto que como ensina o Sartre, o materialismo histórico não é suficiente para definir o indivíduo mas influi em todos os atos do viver deste ser. Entretanto, mesmo em condições supostamente favoráveis não há impedimento para o indivíduo a dado momento decidir abandonar o trabalho de Sísifo e desistir de viver. Posto que o suicídio é um ato de escolha individual, decisão e possibilidade inerentemente humana.

Sem apologizar, parece que a evitação mecânica de temas relacionados ao suicídio reforça a sacralização da vida e produz um desvio ao enfrentamento efetivo das questões existenciais que podem redundar numa situação de vida destituída de significados. Pertinente refletir sobre o conteúdo do diálogo suscitado inteligentemente por Beauvoir a um Sartre intelectualmente consolidado e galardoado, porém já próximo do ocaso de seus dias. O filósofo é então questionado acerca da morte ser uma saída que liberta ou uma saída que suprime a liberdade. A resposta do existencialista demonstra a genialidade do pensador ao propor uma ambivalência: “Conservo a ideia de que a liberdade consiste também em poder morrer. Ou seja, se amanhã uma ameaça qualquer pesar sobre minha liberdade, a morte será uma maneira de salvá-la” (BEAUVOIR, 1982, p. 263).

Parece que Sartre está a indicar que não há univocidade, resposta correta ou razão linear ao complexo tema, antes confere pela ambiguidade a dialeticidade e o direito ao intérprete, sujeito da leitura e titular da vida, a coerente oportunidade do exercício da liberdade, sem uma essência ou verdade pré-definida, quer seja ela aplicável a um exercício literário interpretativo quer seja ela aplicada à resolução fatal da vida. Aqui cabe a indagação se à mesma pergunta desta vez trocando o substantivo morte pelo suicídio diferiria em sua resposta? Ainda, a considerar o suicídio como um ato inerentemente humano surge outra indagação: haveria alguma forma de proteger o indivíduo de si mesmo?

A esta indagação o filósofo da liberdade responde que nada poderá realizá-lo, pois ao ser cabe realizar o sentido do mundo e da sua essência a partir de decisões próprias, individuais e indesculpáveis (SARTRE, 2015).

O tema também parece merecer um envolvimento maior da psicologia existencial a partir das relevantes contribuições acerca das relações morais/éticas, individuais e coletivas, como constituintes de subjetividades e normalizadoras de comportamentos instigadas por Beauvoir, na obra *Por uma moral da ambiguidade*, em que apesar da filósofa ter carreado reforço e esclarecimentos à teoria sartriana da liberdade e projeto de ser, a amplidão argumentativa apresentada permitiria uma visada própria calcada na ambiguidade ínsita ao indivíduo e ao campo relacional mediado por construções morais/éticas que passam a ditar relações entre o indivíduo consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Donde deduz que a depender da maneira como vive essas relações, o sujeito pode perder a humanidade e transformar-se em cativo ao viver um futuro construído por outros sem que haja uma participação ativa e efetiva nesta construção, o que conduz a um fechamento ao ser, a um consumo pífio e vão da transcendência, a uma transformação em mera coisa semelhante a vegetação (BEAUVOIR, 2005).

Ainda, segundo a filósofa, se a vida não vai além da mera manutenção, viver torna-se apenas não morrer. Em tais condições parece legítimo especular se não morrer corresponderia paradoxalmente manter-se fechado ao ser e se o viver teria outra tradução que não a impositiva adesão a um projeto de vida ditada pelo alheio.

Diante do exposto, reconhece-se a necessidade de novos estudos sobre o assunto que poderão trazer à lume as questões intrincadas e complexas que o tema enreda, permitindo uma aproximação cada vez maior ao campo do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Aracelly Galvino. **O suicídio como radicalização do ato de não mais escolher**: um estudo a partir do entrelaçamento entre filosofia e literatura em Sartre. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de São João del-Rei, 2015.

AMATUZZI, Mauro Martins. **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulus, 2005.

ANGERAMI, Valdemar Augusto (org.). **Suicídio e suas interfaces**: o ardiloso emaranhado da autodestruição. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2019.

ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Suicídio: uma alternativa à vida: fragmentos de psicoterapia existencial**. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2017.

ARAÚJO, José Newton Garcia de; GREGGIO, Maria Regina; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. Agrotóxicos: a semente plantada no corpo e na mente dos trabalhadores rurais. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 389-406, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682013000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 out. 2020.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**: da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **A Cerimônia do adeus, seguido de Entrevistas com Jean-Paul Sartre, agosto-setembro 1974**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2009b.

BEAUVOIR, Simone de. **A força das coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **Os mandarins**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

BEAUVOIR, Simone de. **Por uma moral da ambiguidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **Todos os homens são mortais**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **Uma morte muito suave**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020. *E-book*.

BOTEGA, Neury José. **Crise suicida**: avaliação e manejo. Porto Alegre: Artmed, 2015. *E-book*.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Datasus**. Disponível em: <www2.datasus.org.br>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CAMPOS, Carolina Mendes. Reflexões sobre o pensamento suicida e a psicologia existencial sartriana. *in* ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Suicídio e suas interfaces: o ardiloso emaranhado da destruição**. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2019.

CAMUS, Albert. **O mito de sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2019. *E-book*.

COIMBRA, Diógenes. **Suicídio meritório**: reflexões acerca da morte voluntária desde um ponto de vista ético-negativo. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Universidade de Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **O Suicídio e os Desafios para a Psicologia. Federal de Psicologia**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/suicidio-e-os-desafios-para-a-psicologia/>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FONTES, Flávio Fernandes; FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha. A psicologia teórica e filosófica como uma área de pesquisa acadêmica. **Psicologia em pesquisa**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 72-79, jun. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472015000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 abril 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2018. *E-book*.

HILLMAN, James. **Suicídio e alma**. Petrópolis: Vozes, 1993.

JAMISON. Kay Redfield. **Night falls fast: understanding suicide**. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

KOVACS, Maria Julia. Bioética nas questões da vida e da morte. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 115-167, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 30 mar. 2020.

KOVACS, Maria Julia. Curso Psicologia da Morte: Educação para a morte em ação. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 36, n. 91, p. 400-417, jul. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2016000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso: em 01 jun. 2020.

LANGARO, Fabíola; RODRIGUES, Gabriela; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Estreitamento das possibilidades de ser: reflexões sartrianas sobre o suicídio. In: ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Suicídio e suas interfaces: o ardiloso emaranhado da destruição**. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2019.

LAURENTI, Carolina; LOPES, Carlos Eduardo. Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In: Laurenti, Carolina. Lopes, Carlos Eduardo. Araújo, Saulo de Freitas. **Pesquisa**

teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016.

MAHEIRIE, Kátia; PRETTO, Zuleica. O movimento progressivo-regressivo na dialética universal e singular. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, Niterói, v. 19, n. 2, p. 455-462, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 out. 2020.

MARQUETTI, Fernanda. **Suicídio: Escutas do Silêncio.** São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

MELLO, Marcelo Feijó de. O Suicídio e suas relações com a psicopatologia: análise qualitativa de seis casos de suicídio racional. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 163-170, jan 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abril 2020.

MONTEIRO, Walmir. **Psicoterapia Existencial: fundamentos e prática.** Florianópolis: Bookess, 2016.

NAGAFUCHI, Thiago. Em busca de vozes no silêncio: suicídio, gênero e sexualidade na era digital. In MARQUETTI, Fernanda. **Suicídio: escutas do silêncio.** São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

RAMOS, Edith. Anatomia do suicídio. **Arquivo Brasileiro de Psicologia Aplicada.** Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 79-98, abr./jun. 1974. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/viewFile/17079/15878>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica.** Tubarão: Fábio José Rauen, 2018. *E-book.*

SARTRE, Jean-Paul. **A náusea.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

SARTRE, Jean-Paul. **A transcendência do Ego: esboço de uma descrição fenomenológica.** Petrópolis: Vozes, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. **As palavras.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica de la razón dialéctica: precedida de cuestiones de método.** Buenos Aires: Editorial Losada S.A, 1963.

SARTRE, Jean-Paul. **Saint Genet: actor and martyr.** New York: George Braziller, inc., 1963b.

SARTRE, Jean-Paul. **El hombre y las cosas (situations I).** Buenos Aires: Editorial Losadas S.A, 1960.

SARTRE, Jean-Paul. **Muertos sin sepultura**. Buenos Aires: Editora Losadas, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo: A imaginação: Questão de método**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada-Ensaio de ontologia fenomenológica**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. **Os caminhos da liberdade: sursis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **The family idiot**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

SBERGA, Adair Aparecida. **Formação da pessoa em Edith Stein: um percurso do conhecimento do núcleo interior**. São Paulo: Paulus, 2014.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro, et al. **A Psicologia Clínica Existencialista e os Problemas Relacionados ao Uso de Drogas**. 2020. No prelo.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Liberdade e dinâmica psicológica em sartre. **Natureza humana; revista de filosofia e psicanálise**, São Paulo, v.8, n.2, p. 283-314, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v8n2/v8n2a02.pdf>>. Acesso: em 04 de out. 2020.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Sarte e a psicologia clínica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

SILVA, Lúcia Cecília da. Suicídio: o luto dos sobreviventes. In: Conselho Federal de Psicologia (CFP). **O suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília, 2013. Cap. 5, p. 59-64.

SOUZA, Thana Mara de. **A liberdade em Sartre**. São Paulo: Edições 70: Discurso Editorial, 2019.

VERÍSSIMO, Luiz José. Conversa em torno do suicídio, absurdo, desespero e fé. Interlocução com Schopenhauer, Camus, Sartre e Kierkegaard. In: ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Suicídio e suas interfaces: o ardiloso emaranhado da destruição**. Belo Horizonte: Artesã Editora, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Suicide in world. Global health estimates**. Disponível em: <<https://www.who.int/publications-detail/suicide-in-the-world>>. Acesso em: 18 mar. 2020.